

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

MARCELE DO NASCIMENTO SILVA TAMASHIRO

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA SOB O PRISMA DA BIBLIOTECA
ESCOLAR DO IFRJ – *CAMPUS* RIO DE JANEIRO:
A GARANTIA DA IGUALDADE NA DIVERSIDADE**

Rio de Janeiro
2016

MARCELE DO NASCIMENTO SILVA TAMASHIRO

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA SOB O PRISMA DA BIBLIOTECA
ESCOLAR DO IFRJ – *CAMPUS* RIO DE JANEIRO:
A GARANTIA DA IGUALDADE NA DIVERSIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz.

Rio de Janeiro
2016

T153 Tamashiro, Marcele do Nascimento Silva.
Acessibilidade arquitetônica sob o prisma da biblioteca escolar do IFRJ – *campus* Rio de Janeiro : a garantia da igualdade na diversidade / Marcele do Nascimento Silva Tamashiro, 2016.
113 f. : il. color. ; 30 cm

Orientadora: Cládice Nóbile Diniz.
Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
2016.

1. Bibliotecas escolares. 2. Letramento informacional. 3. Projeto de acessibilidade. 4. Leitura. I. Diniz, Cládice Nóbile. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado Profissional em Biblioteconomia. III. Título.

CDD -027.8

MARCELE DO NASCIMENTO SILVA TAMASHIRO

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA SOB O PRISMA DA BIBLIOTECA
ESCOLAR DO IFRJ – *CAMPUS* RIO DE JANEIRO:
A GARANTIA DA IGUALDADE NA DIVERSIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Aprovada em 29 de Setembro de 2016.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – Titular interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes – Suplente interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Cristina Maria Carvalho Delou - Titular externo
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes - Suplente externo
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à minha querida avó e mãe Sebastiana (*in memoriam*), amor incondicional e eterno, por tudo que fez por mim ao longo da minha vida.

Ao meu marido por ser um homem maravilhoso, um companheiro inigualável e um exemplo de pai, com todo meu amor.

Ao meu amado filho Enzo, razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Pai, Filho e Espírito Santo por me conceder a vida e permitir que eu concluísse esse mestrado, grande sonho que se realizou.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz, que iniciou comigo essa caminhada. O meu muito obrigado por todo apoio, paciência, carinho, incentivo e conhecimentos repassados e por ser um exemplo de profissionalismo e sabedoria.

Ao prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda e a profa. Dra. Geni Chaves Fernandes, agradeço pela participação na minha banca para o exame de qualificação, transmitindo valiosos comentários.

Agradeço a funcionária do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO, Elíude Lima, pela dedicação, presteza e atenção, bem como aos demais professores e servidores da Instituição.

Aos colegas do PPGB/UNIRIO pelo apoio e encorajamento.

Agradeço aos servidores do IFRJ *Campus* Rio de Janeiro, pelo apoio e incentivo à pesquisa. Em particular um agradecimento especial à Direção Geral e demais Direções do *Campus*, a Coordenadora da Biblioteca Prof. Eurico de Oliveira Assis, aos servidores e monitores da referida biblioteca.

Aos membros da Banca Examinadora por aceitarem o convite e pelas contribuições nesta pesquisa.

Não posso deixar de agradecer aos meus familiares que sempre me apoiaram. Minha gratidão eterna.

A melhor maneira de tratar todos com igualdade é respeitando as especificidades de cada um.

RESUMO

Apresenta a importância da biblioteca inserida na instituição de ensino bem como a necessidade da adequação de suas instalações à acessibilidade arquitetônica, de maneira a possibilitar o acesso igualitário a todos os usuários. Parte-se do pressuposto de que a biblioteca escolar é parte do processo de ensino fornecendo subsídios para o acesso à informação de forma a promover o incentivo à leitura e consecutivamente a um melhor letramento, bem como ao letramento informacional. A metodologia utilizada é exploratória, com pesquisa bibliográfica baseada em autores que discutem o tema letramento, biblioteca escolar, inclusão social e acessibilidade arquitetônica, e de pesquisa documental sobre a Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) *Campus* Rio de Janeiro, denominada Prof. Eurico de Oliveira Assis. No intuito de apresentar a referida biblioteca utilizou-se um conjunto de indicadores de qualidade elaborados pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Universidade Federal de Minas Gerais e foi selecionado por ser um elemento que auxilia na análise detalhada da biblioteca. Já para verificar as condições de acessibilidade arquitetônica da biblioteca, fez-se uso dos Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas propostos por Gentil Junior (2016). Diante do diagnóstico realizado elaborou-se um conjunto de recomendações, tendo em vista a existência de barreiras quanto à acessibilidade tanto no entorno da edificação (entrada do IFRJ, calçadas, transporte) quanto em seu interior (mobiliário, sanitários) não garantindo um uso equitativo dos usuários. Percebe-se por parte dos dirigentes da Instituição propostas para a melhoria dos espaços, principalmente para o atendimento às exigências da acessibilidade. Recomenda-se uma maior atenção dos atuais e futuros profissionais envolvidos com esse tema para que se estabeleça, como uma boa prática de projeto, a concepção de ambientes escolares acessíveis, com segurança e autonomia para todos os usuários.

Palavras-Chave: Biblioteca escolar. Acessibilidade arquitetônica. Letramento informacional. Leitura.

ABSTRACT

It presents the importance of the library inserted in the educational institution as well as the necessity of the adaptation of its facilities to the architectural accessibility, in order to allow equal access to all the users. The assumption is that the school library is part of the teaching process by providing information access subsidies in order to encourage reading and subsequent literacy as well as information literacy. The methodology used is exploratory, with bibliographical research based on authors who discuss the theme of literacy, school library, social inclusion and architectural accessibility, and documentary research on the Library of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro (IFRJ) Campus Rio de Janeiro, named Prof. Eurico de Oliveira Assis. In order to present the mentioned library, a set of quality indicators elaborated by the Group of Studies in School Library (GEBE) of the Federal University of Minas Gerais was selected and it was selected as an element that assists in the detailed analysis of the library. In order to verify the architectural accessibility of the library, it was made use of the Assessment Indicators of the Accessibility Conditions in Libraries proposed by Gentil Junior (2016). In view of the diagnosis made, a set of recommendations was prepared, in view of the existence of barriers to accessibility both in the building environment (IFRJ entrance, sidewalks, transport) and in the interior (furniture, toilets), not guaranteeing equitable use Of users. It is perceived by the leaders of the Institution proposals for the improvement of spaces, mainly to meet the requirements of accessibility. It is recommended that more attention be given by current and future professionals involved in this topic to establish, as a good design practice, the design of accessible, safe and autonomous school environments for all users.

Keywords: School library. Architectural Accessibility. Information Literacy. Reading.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Principais descritores utilizados na Pesquisa	18
Figura 2	Mapa conceitual de Letramento Informacional	33
Figura 3	Biblioteca Escolar e principais campos de atuação	35
Figura 4	Relação de matrículas de estudantes com deficiência no Ensino médio	39
Figura 5	Expansão da RFEPCT - em unidades	55
Figura 6	O IFRJ <i>Campus</i> Rio de Janeiro - Fachada	55
Figura 7	IFRJ <i>Campus</i> Rio de Janeiro - imagem por satélite	56
Figura 8	A distribuição geográfica do IFRJ no ano de 2014	57
Figura 9	Consulta ao acervo pelo Sistema Acadêmico do IFRJ	66
Figura 10	Placa de identificação de sanitário masculino acessível	82
Figura 11	Lavatório no interior do sanitário	84
Figura 12	Papeleira de sobrepor	84
Figura 13	Mictório de acordo com a NBR 9050:2015	85
Figura 14	Acessórios do sanitário	86
Figura 15	Dimensões ideais de terminais de consulta	89
Figura 16	Espaço entre estantes	90
Figura 17	Dimensões referenciais para alcance lateral de pessoas em cadeiras de rodas	92

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Salão da Biblioteca	64
Fotografia 2	Acesso ao IFRJ <i>Campus</i> Rio de Janeiro	69
Fotografia 3	Ônibus com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA)	71
Fotografia 4	Área de embarque e desembarque de ônibus	71
Fotografia 5	Continuação da Área de embarque e desembarque de ônibus até a entrada do IFRJ	72
Fotografia 6	Acesso C da Estação de Metrô - São Cristóvão	72
Fotografia 7	Sinalização mais próxima ao IFRJ	73
Fotografia 8	Estacionamento – vagas preferenciais	73
Fotografias 9 e 10	Obstáculos localizados na entrada principal do Instituto	74
Fotografias 11 e 12	Rotas de entrada - IFRJ	75
Fotografias 13 e 14	Sequência da Entrada nas dependências do IFRJ	75
Fotografias 15 e 16	Meios de acesso ao andar da BPEOA	76
Fotografias 17 e 18	Porta de entrada	77
Fotografias 19 e 20	Coordenação e Setor de Processamento Técnico	78
Fotografias 21 e 22	Salão de leitura da biblioteca	79
Fotografia 23	Piso da biblioteca	80
Fotografia 24	Corredores	81
Fotografias 25 e 26	Entrada do Sanitário masculino	82
Fotografia 27	Boxe do Sanitário masculino	83
Fotografia 28	Mictório	85
Fotografias 29 e 30	Guarda-Volumes	87
Fotografia 31	Balcão de atendimento	87
Fotografias 32, 33 e 34	Mesas do salão de estudos	88

Fotografia 35	Terminais de consulta da biblioteca	89
Fotografia 36	Cabines para estudo individual	90
Fotografias 37 e 38	Corredores entre as estantes da BPEOA	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Variações do termo Information Literacy na literatura brasileira	32
Quadro 2	Marcos legais da Inclusão social	46
Quadro 3	Cursos ofertados pelo IFRJ <i>Campus</i> Rio de Janeiro	59
Quadro 4	A atribuição dos conceitos de acordo com os indicadores do INEP	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BPEOA – Biblioteca Professor Eurico de Oliveira Assis
- CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
- CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia
- CRA - Centros de Recursos de Aprendizagem
- CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia
- ECI - Escola de Ciência da Informação
- ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
- GEBE – Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions
- IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
- IF – Institutos Federais
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LIBES – Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar
- MEC – Ministério da Educação
- M. R. - Módulo de Referência (Sigla adotada na NBR 9050/2015)
- NBR – Norma Brasileira
- NAPNE - Núcleo de Apoio às pessoas com Necessidades Específicas
- P.C.R - Pessoas em Cadeiras de Rodas (Sigla adotada na NBR 9050/2015)
- P.M.R - Pessoas com Mobilidade Reduzida (Sigla adotada na NBR 9050/2015)
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PPI - Plano Pedagógico Institucional
- RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
- UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	BIBLIOTECA ESCOLAR: DA LEITURA AO LETRAMENTO INFORMACIONAL	22
2.1	A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DA LEITURA	22
2.2	DA LEITURA AO LETRAMENTO	25
2.3	O PAPEL DA BIBLIOTECA NO CONTEXTO EDUCACIONAL	27
2.4	O LETRAMENTO INFORMACIONAL	31
3	BIBLIOTECA ESCOLAR E ACESSIBILIDADE	37
4	O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: MARCOS LEGAIS	45
5	METODOLOGIA	51
5.1	TEMA, QUESTÃO, OBJETIVOS E OBJETO DA PESQUISA	51
5.2	O TIPO DA PESQUISA, METODOLOGIA UTILIZADA E LIMITAÇÕES	51
6	O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO	54
6.1	LOCALIZANDO O IFRJ NA RFEPC	54
6.2	A PROPOSTA DO IFRJ E SEUS CURSOS	58
6.3	A BIBLIOTECA PROFESSOR EURICO DE OLIVEIRA ASSIS	62
6.3.1	Um olhar por meio dos Indicadores de Qualidade do GEBE	62
6.3.1.1	<i>Indicador: Espaço Físico</i>	63
6.3.1.2	<i>Indicador: Acervo</i>	64
6.3.1.3	<i>Indicador: Computadores com acesso à internet</i>	65
6.3.1.4	<i>Indicador: Organização do acervo</i>	66
6.3.1.5	<i>Indicador: Serviços e Atividades</i>	66
6.3.1.6	<i>Indicador: Pessoal</i>	68
7	RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO SOB O PRISMA DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PROPOSTOS POR GENTIL JUNIOR	69
7.1	INDICADOR: ENTORNO DA BIBLIOTECA	70
7.2	INDICADOR: ENTRADA DA BIBLIOTECA	76
7.3	INDICADOR: ESPAÇOS INTERNOS DA BIBLIOTECA	77
7.4	INDICADOR: PISOS DA BIBLIOTECA	79
7.5	INDICADOR: CORREDORES DA BIBLIOTECA	80
7.6	INDICADOR: SANITÁRIOS DA BIBLIOTECA	81
7.7	INDICADOR: BALCÃO DE ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA	86
7.8	INDICADOR: MESAS PARA TRABALHO, LEITURA E/OU ESTUDO DOS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA	88
7.9	INDICADOR: ESTANTES DA BIBLIOTECA	90
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
9	RECOMENDAÇÕES	95

REFERÊNCIAS	96
ANEXO A – LISTA DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS ELABORADA POR GENTIL JUNIOR (2016)	107

1 INTRODUÇÃO

Vive-se numa sociedade que cada vez mais produz e disponibiliza inúmeras informações a todo instante e essas informações estão dispostas em formas e suportes diversos, não apenas no universo impresso, mas também no cinema, na televisão, na internet, acelerando cada vez mais o contato entre os indivíduos e acesso ao conteúdo informacional.

Independente de gostar ou não de ler, o indivíduo é obrigado a conviver com as múltiplas demandas sociais de leitura/escrita, que mesmo nos suportes tradicionais impressos obrigam-no a estar socialmente incluído a entender as mensagens comunicativas de seu contexto, mensagens essas codificadas em variadas formas, desde as tradicionais impressas em suporte material, como livros, jornais, revistas, folhetos, bulas, “outdoors”, entre outros, às intangíveis, virtuais, de conversações mediadas por aplicativos de comunicação, como o “Whatsapp”, o SMS “Short Message Service”, o “Skype” e o “Messenger”; pelas redes sociais na Internet, como o “Facebook”; por e-mails; e tantos meios a mais de comunicação on-line oferecidos atualmente, que mais do que nunca exigem também um leitor competente.

A maior questão é saber lidar, interpretar essas leituras, que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida do indivíduo, além de que, o precário domínio delas acaba dificultando a inserção do indivíduo na sociedade, especialmente no ambiente profissional, onde há que se saber ler e escrever de forma a responder as exigências diárias.

Esse saber lidar bem com as questões enfrentadas no cotidiano em que a leitura e a escrita estão presentes é referenciado como letramento, sendo letrado o adjetivo que qualifica quem o tem habilmente.

A biblioteca escolar quando utilizada em consonância com os currículos da Instituição de Ensino sem dúvida irá contribuir para o desenvolvimento de competências leitora, literária e informacional. É o espaço nato para a promoção da leitura, do letramento e principalmente, do letramento informacional.

Diante do mundo atual, onde as tecnologias têm sido tratadas como fim e não como meio, expor a importância da biblioteca escolar como um espaço imprescindível no processo educacional, na formação e desenvolvimento dos indivíduos é de suma relevância. A instituição de ensino deve ter a biblioteca como um recurso no apoio

educacional, didático-pedagógico, cultural e também como fonte de inclusão social; o que implica que o acesso físico a esse espaço seja de igual importância.

Garantir um espaço inserido nas práticas pedagógicas, que possibilite o acesso à informação, buscando o desenvolvimento do pensamento crítico, dentre outros, de forma a permitir a acessibilidade e inclusão a toda a sua comunidade é um desafio para a biblioteca de uma Instituição de Ensino.

Leis têm sido criadas para a garantia dos direitos à pessoa com deficiência, inclusive propondo como evitar que a existência de algum obstáculo físico, ou serviço e produtos dificultem esse acesso.

Uma biblioteca acessível é um espaço onde todos dela podem fazer uso, sendo necessário para isso que as instalações sejam adequadamente projetadas. Especialmente considerando que, indicadores de Educação divulgados pelo Ministério da Educação – MEC e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP constataam que é crescente a quantidade de estudantes com algum tipo de deficiência, tendo saltado de 434.889 no ano de 2003 para 713.847 em 2014, sendo que na rede federal de educação superior esse índice foi de 5.078 (2003) alunos para 29.221 no ano de 2013¹.

Como se verifica pelos números apresentados, o atendimento a esse público requer conhecimentos nas especificidades exigidas. Ocorre que, quanto ao conhecimento específico exigido no assunto, ainda há desafios a superar-se, considerando o número de estudos na temática biblioteca escolar associada à acessibilidade arquitetônica. A título de ilustração, em pesquisa realizada na Base de Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar (LIBES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) concebida e mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e nas comunicações científicas publicadas no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) promovidos anualmente pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), verificou-se a escassa produção acadêmica que associam os descritores biblioteca

¹ Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17655-secadi-principais-indicadores-da-educacao-especial&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 ago. 2016.

escolar e acessibilidade arquitetônica. A busca foi realizada nos meses de julho e agosto de 2016.

Na base de dados bibliográfica LIBES, mantida pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar – GEBE, da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – ECI/UFMG e que reúne referências de livros, artigos de periódicos, dissertações, teses e trabalhos apresentados em eventos sobre biblioteca escolar produzidos no Brasil a partir da década de 1960, a seleção das referências deu-se a partir da busca avançada, objetivando aquelas que continham, como palavras-chave, título e resumo os seguintes descritores²: ‘biblioteca escolar’, ‘acessibilidade arquitetônica’, ‘educação inclusiva’ e ‘pessoas com deficiência’. Dos 591 registros que a base apresentara no período da pesquisa, apesar das combinações dos descritores e do uso dos mesmos isoladamente, como: deficiência, inclusão, acessibilidade, na tentativa de ampliar as possibilidades de revocação³, não foi encontrado nenhum resultado significativo que atendesse a especificidade da temática acessibilidade arquitetônica em bibliotecas escolares. Foram visualizados apenas alguns resultados, mas estes não tratavam diretamente sobre o tema, apenas outros aspectos como “a deficiência na prática de leitura” e não a “deficiência física”, ou sobre acessibilidade, mas voltada para a tecnologia da informação.

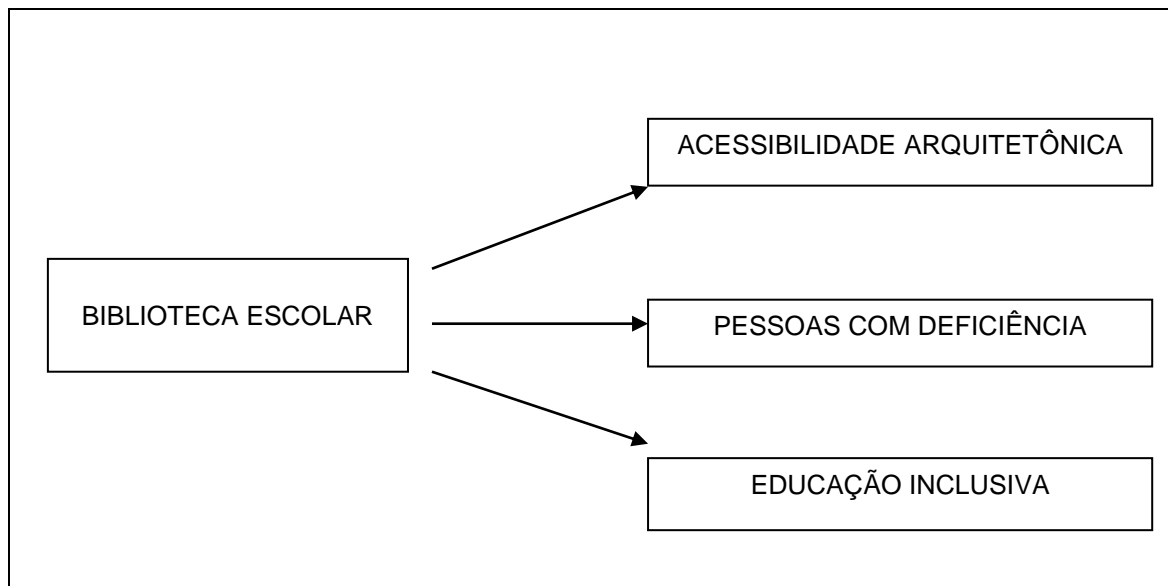
O mesmo ocorreu na busca realizada na BDTD, que reúne as teses e dissertações defendidas em todo o País e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002. A busca estava sendo realizada no âmbito de 105 Instituições, 430.145 Documentos, 116.279 Teses e 313.866 Dissertações. Devido ao insucesso na busca na base LIBES e na BDTD, verificou-se a produção científica publicada no ENANCIB, que é o principal evento de pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil, contudo não foram encontrados resultados significativos relacionado ao tema, desde o primeiro ano do Encontro 1994 até o ocorrido em 2015.

² Descritores são grupos de palavras utilizadas na indexação para designar o assunto de uma obra, esclarecendo que a indexação correta é de suma importância durante esse processo, pois é através da mesma que será identificado o conteúdo de um documento e atribuídos termos representativos de seus assuntos, com o objetivo de recuperá-los posteriormente.

³ O termo revocação está relacionado a realização de uma busca mais ampla por parte do pesquisador. O objetivo é a recuperação do máximo de informações que necessita, por mais que não sejam específicas, mas que são úteis para a pesquisa. LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

A figura 1 destaca os principais descritores utilizados na pesquisa às bases de dados referenciadas.

Figura 1 – Principais descritores utilizados na Pesquisa



Fonte: A autora, 2016

Ressalta-se que o termo acessibilidade aqui tratado vai ao encontro da definição constante no Estatuto do Deficiente Físico (BRASIL, 2015a) e da NBR 9050/2015 (ASSOCIAÇÃO..., 2015), que significa a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana quanto na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os dados da pesquisa não demonstram claramente estudos sobre acessibilidade arquitetônica no âmbito das bibliotecas, não só escolares como nas demais tipologias. Fala-se no uso do espaço para promoção de serviços, produtos, fala-se em estudos de usuários, tecnologias assistivas e suportes informacionais variados, até voltados para as necessidades de pessoas com deficiência, mas desconsidera-se um fator primordial, o planejamento arquitetônico em prol dos usuários com deficiência física e pessoas com mobilidade reduzida. De que serve qualquer tipo de serviço e produto se não atender a todos igualmente? A partir do momento em que 1 (um) indivíduo fica impedido de

acessar fisicamente esse espaço devido à existência de barreiras arquitetônicas⁴, já é possível inferir a interferência nas Leis da Biblioteconomia ditadas por Ranganathan⁵.

Assim, observando a oportunidade de estudar essa temática na Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) *Campus* Rio de Janeiro, denominada Prof. Eurico de Oliveira Assis, aqui referenciada como BPEOA, que atende a um público misto uma vez que é uma instituição de educação superior, básica e profissional. A biblioteca do IFRJ acaba por apresentar pelo menos duas diferentes tipologias, considerando as definições de bibliotecas relacionadas a seguir:

Biblioteca escolar: A literatura conceitua a biblioteca escolar como o espaço inserido em instituições de ensino de formação básica, que, no Brasil, compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, reservado para o trabalho em conjunto com os professores, de acordo com o projeto pedagógico da instituição, atendendo prioritariamente os interesses de leitura e informação dos alunos, professores e funcionários, podendo ainda atender os familiares de alunos e a comunidade moradora do entorno.

Biblioteca universitária: Esse tipo de biblioteca é vinculada a uma unidade de ensino superior, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo, seus serviços e seus produtos. Na realidade essa biblioteca dá continuidade ao trabalho iniciado pela biblioteca escolar.

Desse modo, a BPEOA pode ser enquadrada nessas duas tipologias. Possui o perfil de biblioteca escolar por atender a demanda dos usuários do Ensino Médio/Técnico e apresenta a característica da biblioteca universitária por atender aos usuários da graduação e pós-graduação. Nesta pesquisa será realizada a análise da Biblioteca Professor Eurico de Oliveira Assis (BPEOA) sob o prisma da Biblioteca Escolar, a escolha se dá levando em consideração a própria Lei 11.892, de 29 de

⁴ O Estatuto da Pessoa com Deficiência classifica como barreiras qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, sendo que as barreiras arquitetônicas são as existentes nos edifícios públicos e privados. (BRASIL, 2015a).

⁵O matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan, conhecido em sua terra natal como “Pai da Biblioteconomia”, publicou em 1931 “As Cinco Leis da Biblioteconomia” que são: (1) os livros são para usar; (2) a cada leitor seu livro; (3) a cada livro seu leitor; (4) poupe o tempo do leitor; (5) a biblioteca é um organismo em crescimento. Miranda e Miranda (2015) mencionam que a preocupação da Biblioteconomia com a inclusão vem de muito tempo, Ranganathan já defendia a inclusão ao disseminar a importância dos livros para todos.

dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No Art 8º observa-se que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, é responsável em garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, sendo prioridade a forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008). De fato a maior quantidade de alunos no IFRJ – *Campus* Rio de Janeiro é de alunos cursando o Ensino Médio/Técnico e é o público mais assíduo da biblioteca.

Diante do panorama apresentado, a questão central em que se deu a gênese deste estudo está em identificar as necessidades da BPEOA em relação a sua adequação arquitetônica às pessoas com necessidades especiais, especificamente, deficiências físicas ou mobilidade reduzida, segundo a legislação vigente e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Essa questão central foi abordada em conjunto com dois indicadores de avaliação, sendo o primeiro, geral, elaborado pelo GEBE que foi selecionado por ser um parâmetro que auxilia na análise detalhada da biblioteca. O segundo indicador foi proposto por Gentil Junior (2016) e teve por objetivo verificar a acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiências físicas ou com mobilidade reduzida.

Esse trabalho está organizado em nove seções. A primeira é a presente introdução. A segunda seção trata sobre a importância da biblioteca escolar no incentivo à leitura, ao letramento e especialmente, ao letramento informacional, destacando a função daquela como recurso pedagógico e o seu compromisso para com a acessibilidade arquitetônica, visando o acesso à sua comunidade de usuários aos serviços e produtos oferecidos.

A terceira seção faz a correlação entre biblioteca escolar e acessibilidade, procura, ainda, explicar a evolução do direito à educação às pessoas com deficiência, trazendo conceitos sobre a deficiência, acessibilidade, inclusão social. A quarta seção aborda a inclusão social no contexto educacional e cita os principais marcos legais associados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A quinta seção apresenta a metodologia empregada. Na sexta seção destaca-se o local onde a BPEOA está inserida, que é o IFRJ e descortina-se a organização e o funcionamento da mesma. A sétima seção representa a ação do campo investigativo contextualizando os critérios de acessibilidade arquitetônica. Na oitava seção tecem-se as considerações finais

arrolando os elementos necessários para o êxito da proposta. Já na última seção estão relacionadas algumas recomendações.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR: DA LEITURA AO LETRAMENTO INFORMACIONAL

O Homem desde a sua origem buscou formas de comunicação. Assim, surgiram as línguas, inicialmente faladas e posteriormente registradas, como a escrita pictográfica, a escrita ideográfica e finalmente a alfabética.

A Revolução Industrial proporcionou sem dúvida esse progresso, a invenção da eletricidade facilitou e muito a leitura e a escrita, a evolução das tecnologias de comunicação à distância também, o telégrafo, o telefone, a radiocomunicação, a televisão ampliaram os meios de comunicação, mas sem dúvida, as fibras ópticas e os satélites de comunicações revolucionaram o transporte das informações, permitindo que o computador, a internet, os telefones celulares, ampliassem de forma estrondosa a comunicação entre as pessoas (O PRAZER..., 2012).

Seja por meio da evolução cultural, social, ideológica ou até mesmo global, uma coisa é sabida: Ontem, hoje e amanhã, a comunicação, a leitura, a palavra se faz presente, a questão é a 'qualidade da comunicação'. “[...], atualmente muitos têm acesso à informação, seja por meio gráfico, imagético, midiático ou outro, e o conhecimento de mundo pode ser adquirido com mais facilidade, preparando o sujeito para novos discursos situacionais e em consequência, *para a compreensão leitora*”. (ALMEIDA, 2009, p.18, grifo nosso).

Esta seção apresenta a importância da biblioteca escolar no incentivo à leitura, ao letramento e especialmente, ao letramento informacional, destacando a função daquela como recurso pedagógico e o seu compromisso para com a acessibilidade arquitetônica, visando o acesso à sua comunidade de usuários aos serviços e produtos oferecidos.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DA LEITURA

A leitura se faz presente na vida do indivíduo no momento em que se inicia a compreensão sobre o mundo ao redor. Ela inicia-se a partir do contexto em que se faz parte, muito antes do contato com a leitura e escrita das palavras. Vargas (1997, p. 5) confirma este fato ao citar que a leitura do mundo é a compreensão do que se vê ou se

sente, vinculando a linguagem à realidade, teoria que vai ao encontro do pensamento do educador Paulo Freire que já preconizava-o há quase quatro décadas, em seu discurso “A importância do ato de ler”, proferido em 1981⁶:

[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente (FREIRE, 1989, p. 13).

Freire (2001) afirma também que por mais que a leitura seja uma operação inteligente, difícil e exigente, ela certamente é gratificante, como se lê:

[...] Ninguém lê ou estuda autenticamente se não assume, diante do texto ou do objeto da curiosidade a forma crítica de ser ou de estar sendo sujeito da curiosidade, sujeito da leitura, sujeito do processo de conhecer em que se acha. Ler é procurar buscar criar a compreensão do lido; daí, entre outros pontos fundamentais, a importância do ensino correto da leitura e da escrita. É que ensinar a ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão (FREIRE, 2001, p.261).

Em sociedades letradas, como no Brasil, a leitura é considerada uma aprendizagem social, uma vez que a maior parte das informações viabilizadas é por meio da linguagem escrita. Na realidade a leitura é uma aprendizagem social, antes de ser escolar, pois seu valor social de comunicação é apreendido no convívio com os materiais escritos circulantes na vida cotidiana das famílias como rótulos, etiquetas, letreiros de lojas, catálogos, Bíblia, receita médica ou culinária, livros, revistas, jornais, que são alguns exemplos de materiais encontrados na sociedade e que inserem o indivíduo no universo da escrita (BORGES; ASSAGRA; LÓPES DE ALGA, 2010).

O escritor Azevedo (2010) esclarece que a leitura sempre terá um papel fundamental na sociedade, pois desenvolve o pensamento crítico e que sem esse as crianças e jovens, independente de classe social, serão presa fácil da propaganda enganosa, da alienação e do niilismo.

Resende (1993, p. 164) revela a importância do papel crítico da leitura, explicando:

⁶ Trabalho apresentado na abertura no Congresso Brasileiro de Leitura, realizado em Campinas, nov. 1981.

A leitura é um ato de abertura para o mundo. A cada mergulho nas camadas simbólicas dos livros, emerge-se vendo o universo interior e exterior com mais clareza. Entra-se no território da palavra com tudo o que se é e se leu até então, e a volta se faz com novas dimensões, que levam a re-inaugurar o que já se sabia antes.

A prática da leitura deve estar incorporada no dia a dia do cidadão. “[...] se o indivíduo não incorpora a prática de leitura, não desenvolve de forma satisfatória as habilidades necessárias ao uso do conhecimento para poder entender, compreender e apreender” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, apud ROSA e ODDONE, 2006, p. 184).

A leitura e a cidadania estão atreladas. Marinho (1993) esclarece que a cidadania é um conjunto de direitos e deveres do indivíduo na sociedade e para que o indivíduo tenha seus direitos assegurados é necessário que se tenha uma participação ativa na sociedade, que se dá por diversos meios e formas, incluindo dentre estas a ‘leitura’, conforme citação de Geraldi (1992 apud MARINHO, 1993, p. 90-91), “[...] é absolutamente impossível a formação da cidadania quando se recusa ao cidadão os meios de sobrevivência que na sociedade como a nossa inclui o direito à leitura”.

Preocupações como essas norteiam o Sistema de Educação. A educadora Suzana Vargas, há duas décadas já afirmava que o Sistema Educacional tem formado mais ledores que leitores. Segundo a autora a distinção entre ambos pode ser observada no trecho a seguir:

Distinguir ledores de leitores é sempre fundamental quando se trata de educação. A estrutura educacional brasileira tem formado até agora mais ledores que leitores. Qual a diferença entre uns e outros se os dois são decodificadores de discursos? A diferença está na qualidade da decodificação, no modo de sentir e de perceber o que está escrito. O leitor, diferentemente do ledor, compreende o texto em sua relação dialética com o contexto, na sua relação de interação com a forma (VARGAS, 1997, p.7-8).

Gonçalves (2004) também comenta o tema, procurando explicá-lo:

Leitor e ledor não se confundem, pois o leitor não se apoia na decifração de letra por letra, sílaba por sílaba, palavra por palavra (como faz o ledor). Para o leitor, a abordagem do texto (sua leitura) realiza-se através de um processo de questionamento, que não é estritamente dependente da decifração linear, ou seja, decifrar palavra por palavra da primeira à última linha do texto. O leitor faz hipóteses de sentido a partir de indícios discursivos (e não restrito a cada palavra) e verifica essas hipóteses no texto; para ele ler é uma situação de vida, isto é, fonte de crescimento pessoal, tanto afetivo como cognitivo e não meramente um exercício escolar (GONÇALVES, 2004, p. 78).

Por meio dos discursos analisados, pressupõe-se que o leitor citado é o sujeito alfabetizado já o leitor é o indivíduo letrado, que busca o letramento contínuo, conforme será explicado na próxima subseção.

2.2 DA LEITURA AO LETRAMENTO

Ao longo dos anos o termo alfabetização foi ampliado, alfabetizar não é mais o suficiente, pois ocorre o risco de formar indivíduos alfabetizados, mas que não sabem fazer uso da leitura e da escrita, é a chamada alfabetização funcional.

A busca na ampliação do conceito de alfabetização, com vistas na projeção de um processo crítico de aprendizagem da leitura e da escrita que transcenda o conhecimento da escrita e da leitura de frases e textos básicos, é um dos fatores que vêm determinando a discussão sobre a noção de letramento (GOULART, 2014).

Um dos autores que na atualidade é uma referência no embasamento do trabalho educacional, Vygotsky (1984 apud TFOUNI, 2005, p. 21) afirma:

O letramento representa o coroamento de um processo histórico de transformação e diferenciação no uso de instrumentos mediadores. Representa também a causa da elaboração de formas mais sofisticadas do comportamento humano que são os chamados “processos mentais superiores”, tais como: raciocínio abstrato, memória ativa, resolução de problemas etc.

Soares (2009) relata que provavelmente foi em 1986 a primeira referência brasileira do termo letramento, em livro de Mary Kato⁷, explicando esse surgimento no texto Gasque (2012) ratifica tal informação ao esclarecer que o conceito de letramento surge na década de 1980, com os estudos acerca da psicogênese da língua escrita, posteriormente, a palavra letramento aparece, em 1988, no livro ‘Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso’, de Leda Tfouni⁸, onde a educadora distingue letramento de alfabetização. O conceito é utilizado na década seguinte em obras de Ângela Kleiman ‘Os significados do Letramento’, de 1995 e de Magda Soares ‘Letramento: um tema em três gêneros’, de 1998:

⁷ KATO, Mary. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

⁸ TFOUNI, Leda Verdiane. *Adultos não alfabetizados: avesso do avesso*. São Paulo: Cortez, 1988.

[...] em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do letramento no Brasil, do *illettrisme*, na França, da *literacia*, em Portugal, para nomear fenômenos distintos daquele denominado alfabetização, *alphabétisation*. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, embora a palavra *literacy* já estivesse dicionarizada desde o final do século XIX, foi também nos anos de 1980 que o fenômeno que ela nomeia, distinto daquele que em língua inglesa se conhece como *reading instruction*, *beginning literacy* tornou-se foco de atenção e de discussão nas áreas da educação e da linguagem [...] (SOARES, 2004).

Soares (2009, p. 18) afirma que o letramento é “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”.

Kleiman (2007) comenta que os estudos do letramento, partem de uma concepção de leitura e de escrita como práticas discursivas, com múltiplas funções, sendo estas inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem. A autora define letramento como [...] “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (KLEIMAN, 1998, p. 181). Tal teoria também é compartilhada por Soares (2004), que afirma:

[...] Já na vida cotidiana, eventos e práticas de letramento surgem em circunstâncias de vida social ou profissional, respondem as necessidades ou interesses pessoais ou grupais, são vividos e interpretados de forma natural, até mesmo espontânea; na escolar, eventos e práticas de letramento são planejados e instituídos, selecionados por critérios pedagógicos, com objetivos predeterminados, visando à aprendizagem e quase sempre conduzindo a atividade de avaliação (SOARES, 2004, p. 106).

Soares (2002) confirma essa teoria ao afirmar que o núcleo do conceito de letramento são as práticas sociais de leitura e de escrita, para além da aquisição do sistema de escrita, ou seja, para além da alfabetização. Enquanto que a alfabetização corresponde ao processo de aquisição de um código e de habilidades para utilizá-lo na leitura e na escrita, o letramento já é efetivamente o domínio da escrita no dia a dia para o alcance de diversos objetivos.

As discussões conceituais em relação ao termo letramento variam de acordo com a concepção adotada, mas em termos gerais como apresentado nas obras referenciadas, está relacionado ao conjunto de práticas sociais orais e escritas que podem ocorrer no interior e fora do ambiente escolar, mas que tem nele seu principal *locus* de apropriação.

No ambiente escolar, Soares (2003) esclarece que para que o aluno faça parte do universo do letramento é necessário que ele saiba fazer uso e envolver-se nas atividades

de leitura e escrita, adquirindo hábitos de leitura, como o interesse em jornais, revistas, livrarias, pois é a partir desse convívio que se torna possível apropriar-se do sistema de escrita.

Cabe ressaltar que não existe um método e nem vários métodos de letramento, uma vez que o letramento não pode ser qualificado como um método. O letramento envolve a imersão da criança, do jovem ou do adulto no mundo da escrita, é a participação de práticas sociais em que se usa a escrita e também se pode compreender o sentido numa determinada situação, de um texto (KLEIMAN, 2005, p. 9-10).

E como letrar é função da instituição Escola, a mais importante agência de letramento, como afirma (KLEIMAN, 2005), a biblioteca escolar surge como importante instrumento de apoio durante esse processo de ensino. A biblioteca além de ser o local propício para leitura, também o é para pesquisas e realização de outras atividades de ensino, na realidade ela é um importante espaço de promoção do letramento (BARBOSA, 2009), como poderá ser visto a seguir.

2.3 O PAPEL DA BIBLIOTECA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A literatura evidencia que a leitura é um desafio imposto à biblioteca escolar. O papel desse espaço, para Calçada (2010, p.33 apud FRADIQUE, 2011, p.27) é:

Fazer mais e melhores leitores, leitores analíticos, leitores utilizadores de bibliotecas e de outros equipamentos culturais, leitores consumidores de livros, mas também leitores digitais competentes, criativos, capazes de utilizar os diferentes suportes de escrita e leitura, as novas técnicas de reprodução e disseminação da informação, de forma eficaz e crítica, dominando a literacia digital, traduzida no uso competente das tecnologias e, ainda, no desenvolvimento da consciência social.

Possibilitar a um grupo o acesso a informação através da instituição Biblioteca, por meio de ações e ou propostas de atividades que convide para o uso da mesma, despertem e motivem sua atenção para a leitura, é realmente um desafio. Colomer e Camps (2002, p. 95) destacam que:

[...] a leitura, em qualquer de suas funções, tem na biblioteca um de seus espaços mais naturais para educar na leitura e no domínio autônomo dos caminhos de acesso à informação e à sua seleção, desafio educacional absolutamente imprescindível em uma sociedade como a atual, na qual o crescimento da informação disponível não deixa de aumentar de forma espetacular, ao mesmo tempo em que se multiplicam as formas de acesso a ela.

A biblioteca é responsável pelo fomento da leitura e a formação de uma atitude científica, formando o indivíduo para a aprendizagem contínua. Assim, a biblioteca não está à parte, não é um apêndice ou anexo do sistema educacional, e sim faz parte integral do mesmo, conforme apresentado a seguir:

Biblioteca escolar é uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional; constitui parte integral do sistema educativo e participa de seus objetivos, metas e fins; é um instrumento de desenvolvimento curricular e permite o fomento da leitura e a formação de uma atitude científica, constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente, estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apóia os docentes na sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões em aula (CASTRILLÓN, 1985 apud MAYRINK, 1992, p.50).

A biblioteca é vista como o espaço de oportunidades para a aprendizagem contínua através do acesso às informações e aos conhecimentos que poderão contribuir para a construção da cidadania e para com uma melhor qualidade de vida. É de notório saber que significativa quantidade de alunos utiliza a biblioteca, primariamente para provas e trabalhos direcionados pelo docente, a pesquisa “encomendada” pelo professor, assim, os gestores da unidade de informação devem aproveitar essa oportunidade e apresentar as possibilidades que esse espaço pode fornecer. Na atualidade existem muitos atrativos junto aos jovens, como a TV, o computador, redes sociais. Assim, é complexo competir com as tecnologias, mas o ambiente da biblioteca deve ser no mínimo agradável e atraente. Campello (2003) ressalta essa teoria quando cita Lourenço Filho:

Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto. Começa a compreensão destas idéias, felizmente, a vigorar entre nós. Certas bibliotecas escolares se modernizam, e passam a funcionar de forma menos ineficiente. Outras ensaiam orientar os leitores, sugerir-lhes trabalhos, proporcionar-lhes melhores recursos de organização (LOURENÇO FILHO, 1946, apud CAMPELLO, 2003, p.1).

Nos discursos apresentados observa-se que a biblioteca aparece como Centros de Recursos de Aprendizagem (CRA), relacionadas direta e intimamente com a aprendizagem, atuando como elemento para uma pedagogia integradora e o bibliotecário aparece como um dos elementos necessários para auxiliar os aprendizes a transformarem informação em conhecimento (GASQUE, 2012).

A função social da biblioteca escolar, também é citada, sempre perpassando pelo 'ato de ler'. Hillesheim e Fachin (1999) apontam que além de despertar o gosto pela leitura como forma de lazer, um dos objetivos da biblioteca escolar é, por meio do incentivo a leitura, formar cidadãos conscientes e capazes de um pensamento crítico e criativo.

A biblioteca escolar constitui, desta forma, uma instituição do sistema social responsável pela organização de materiais bibliográficos e não bibliográficos, devendo disponibilizá-los para leitura e uso por toda a comunidade escolar: alunos, professores, pesquisadores, funcionários e a população em seu entorno (VIANNA; CALDEIRA, 2004, p.1). A função social de uma biblioteca escolar também é encontrada em outros autores:

A biblioteca escolar propicia informação e idéias que são fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, cada vez mais baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar habilita os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis (MACEDO; OLIVEIRA, 2005, p.4).

Oliveira, Alves e Maia (2013) citam a biblioteca como uma organização dinâmica que deve se preocupar com a coletividade, e para isso tem que compreender seu real valor institucional para com a comunidade, se destacando como uma organização necessária para a mesma. Os autores expõem que a biblioteca deve atender as necessidades informacionais de todos 'sem distinção', tendo como base o compromisso social. Esse princípio vai ao encontro da proposta deste estudo.

Marinho (1993) esclarece que pelo seu caráter social a biblioteca não pode se manter isolada, desintegrada do processo social, educacional e cultural de uma sociedade. A pesquisadora cita Ezequiel Teodoro da Silva que em 1986 já afirmava que a biblioteca escolar não pode ser um apêndice do processo educativo e sim uma instituição preocupada com a democratização de seu espaço, e com planejamento de programas sócio-culturais (SILVA, 1986 apud MARINHO, 1993).

As Diretrizes da IFLA/ UNESCO esclarecem que a missão da biblioteca escolar está diretamente relacionada à gestão da informação e do conhecimento dos discentes, contribuindo para a aprendizagem contínua. No Manifesto IFLA/UNESCO (2000)⁹ também se percebe tal afirmação ao se observar a relação dos objetivos da biblioteca, que são:

- apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da **leitura** e da **aprendizagem**, bem como o uso dos recursos da biblioteca **ao longo da vida**;
- oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e **uso da informação** voltada ao conhecimento, à compreensão, a imaginação e ao entretenimento;
- apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas idéias, experiências e opiniões;
- organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
- trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola;
- proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- **promover leitura, recursos e serviços da biblioteca** escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor (MANIFESTO..., 2000, p. 2-3, grifo nosso).

Bernadete Campello equipara a biblioteca a um laboratório, pois enquanto o indivíduo tem no laboratório de informática os subsídios necessários para aprender a lidar com os computadores e o mundo digital, a biblioteca escolar é o laboratório que propicia o ‘aprender a pensar’. A autora completa essa definição enfatizando sobre a biblioteca escolar o seguinte:

é o local onde os estudantes com o apoio de mediadores competentes, se familiarizam com o aparato informacional e se preparam para serem aprendizes autônomos, aqueles que sabem aprender com independência e, mais que isso, gostam de aprender (CAMPELLO, 2012, p. 16).

Pelas citações nesta seção depreende-se a associação do termo biblioteca (escolar) com cidadania, pensamento crítico, uso competente das tecnologias,

⁹ O Manifesto foi preparado pela IFLA e aprovado pela UNESCO em 1999. A Tradução citada é de autoria da Profa. Dra. Neusa Dias de Macedo (MANIFESTO..., 2000).

aprendizagem contínua, dentre outras, evidenciando que não se tem como negar a função desse espaço com leitura, letramento e letramento informacional, este último será explicado na próxima subseção.

2. 4 O LETRAMENTO INFORMACIONAL

Com o constante fluxo de informações, faz-se necessário possibilitar ao indivíduo condições de buscar, avaliar, organizar e usar as informações relevantes, transformando-as em conhecimento, é o chamado letramento informacional:

Tal processo, o letramento informacional, capacita os aprendizes a buscar e usar a informação de maneira eficiente e eficaz. Transcende a alfabetização informacional ou a mera decodificação de um código, possibilitando a aplicação desses processos no cotidiano. Os aprendizes aprendem, por exemplo, a usar dicionários, enciclopédias, elaborar referências e citar autores para escrever artigos ou estruturar uma pesquisa. O letramento traz a ideia de funcionalidade (GASQUE, 2012, p. 19)

Castro (2014) cita que letramento informacional é um processo de aprendizado contínuo que envolve os três pilares: informação, conhecimento e inteligência.

Dudziak (2003) apresenta o termo¹⁰ como conceito transdisciplinar, que incorpora um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais que permeiam qualquer fenômeno de criação, resolução de problemas e/ ou tomada de decisões, englobando aspectos importantes de formação do indivíduo como um todo, em todos os meios pelos quais este permeia. A pesquisadora revela que os componentes que sustentam o termo letramento informacional são:

- o processo investigativo;
- o aprendizado ativo;
- o aprendizado independente;
- o pensamento crítico;
- o aprender a aprender; e
- o aprendizado ao longo da vida.

¹⁰ A pesquisadora Dudziak, no artigo citado, utiliza o termo Information literacy, procurando não realizar a tradução do mesmo e sim conceituar a sua essência.

Analisando esses componentes é perceptível a relação do letramento informacional com o letramento, conforme já foi apresentado, inclusive em sua tese, Campello, ratifica tal afirmação ao esclarecer que o letramento informacional deve ser visto como um aspecto do letramento. A autora explica que a expressão *Information literacy* foi usada pela primeira vez na década de 1970 para caracterizar competências necessárias ao uso das fontes eletrônicas de informação, que começavam a surgir (CAMPELLO, 2009b).

É importante destacar que na literatura o termo letramento informacional é conhecido também por outras nomenclaturas e até mesmo significando outras noções. No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, ao se procurar o termo letramento informacional, o mesmo remete para alfabetização informacional, definindo-a como o conjunto de competências que uma pessoa possui para identificar a informação, manipular fontes de informação, elaborar estratégias de busca e localizar a informação, bem como avaliar as fontes de informação. Os autores ainda ressaltam que são sinônimos: Competência Informacional, Letramento Informacional, Literacia Informacional e Alfabetização Informacional (CUNHA e CAVALCANTI, 2008).

Amorim (2013) cita as variações da tradução do termo para o português, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 1 – Variações do termo Information Literacy na literatura brasileira

TERMO (no idioma original)	Variações do Termo em Português (Brasil)				
Information Literacy	Alfabetização em informação ou Alfabetização informacional	Competência em informação ou Competência informacional	Fluência informacional	Letramento informacional	Literacia da informação ou Literacia informacional

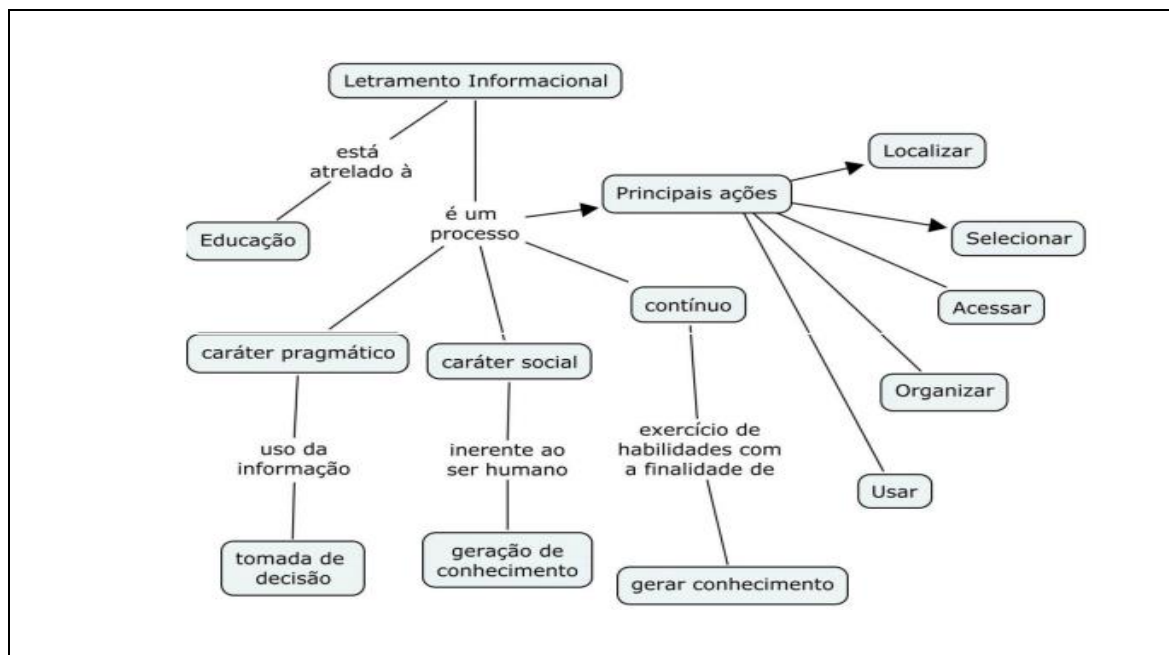
Fonte: Amorim, 2013.

Gasque (2012) explica que um conceito difundido e aceito por vários estudiosos da área, proposto pela Association of College and Research Library (ACRL) é o de information literacy e está relacionado às competências que permitem ao indivíduo reconhecer a informação necessária, localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz. A pesquisadora afirma que a tradução do conceito em língua portuguesa seria literacia mas não consta nos principais dicionários de língua portuguesa do Brasil, assim, o conceito

mais adequado da derivação do inglês literacy é ‘letramento’. Como Kelly Gasque (2006, 2008, 2012) e Bernadete Campello (2009b), optaram pelo termo Letramento Informacional o mesmo será adotado nesta pesquisa.

Campello (2009b) expõe que o conceito de letramento informacional foi construído em torno de diversas noções, uma delas a de sociedade da informação, cuja abundância de informações e formatos justificavam a necessidade de novas habilidades para lidar com esse meio. A figura a seguir apresenta o contexto em que o letramento informacional está inserido, bem como as principais ações que envolvem o mesmo e que remetem também a ações numa biblioteca, que são: localizar, selecionar, acessar, organizar, usar.

Figura 2 – Mapa conceitual de Letramento Informacional



Fonte: Siqueira e Siqueira, 2012 (apud CASTRO, 2014, p.60)

Pode-se constatar na figura acima o contexto educacional do letramento informacional e características próprias como o caráter social, a continuidade do processo, o acúmulo de conhecimento.

Gasque (2012, p.32) revela que o letramento informacional tem como finalidade a adaptação e a socialização dos indivíduos na sociedade da aprendizagem. Isso ocorre quando o indivíduo desenvolve as capacidades de:

- ✓ determinar a extensão das informações necessárias;
- ✓ acessar a informação de forma efetiva e eficientemente;

- ✓ avaliar criticamente a informação e suas fontes;
- ✓ incorporar a nova informação ao conhecimento prévio;
- ✓ usar a informação de forma efetiva para atingir objetivos específicos;
- ✓ compreender os aspectos econômico, legal e social do uso da informação, bem como acessá-la e usá-la ética e legalmente.

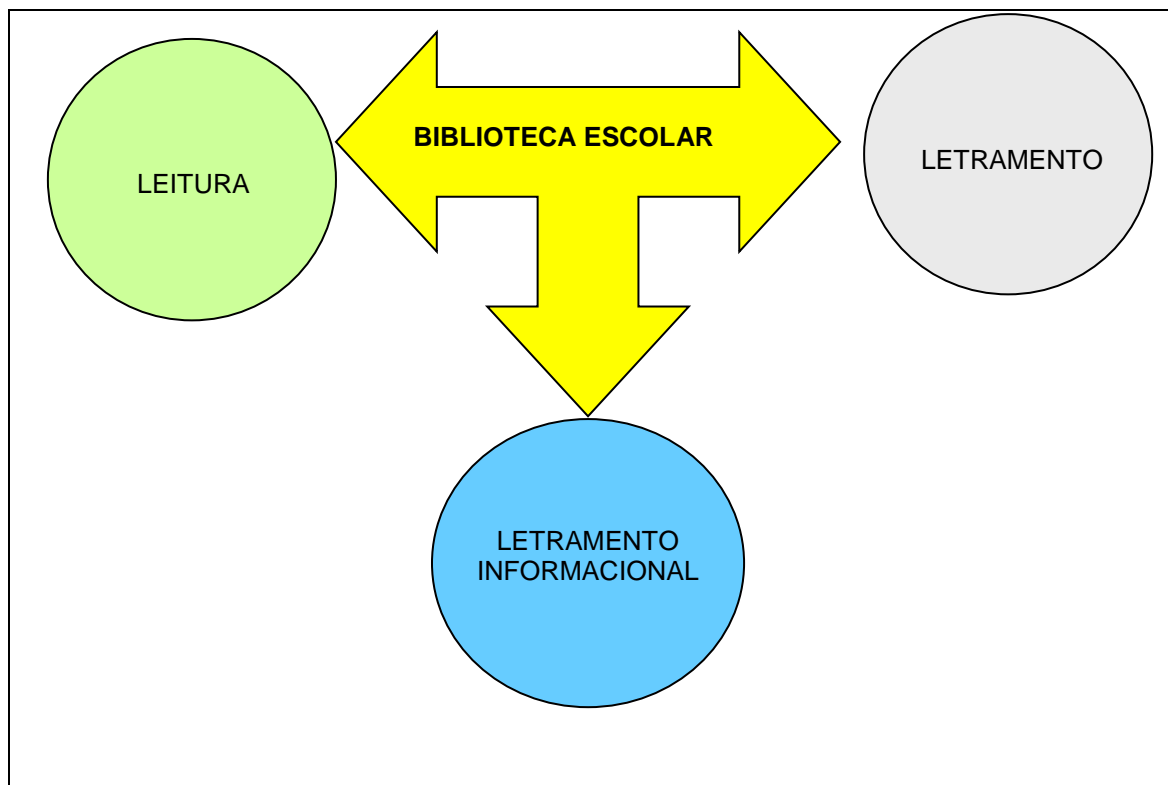
Gasque (2012) relata que os aprendizes letrados informacionalmente podem ser mais críticos, autônomos e conscientes de seus deveres e direitos e define que os objetivos do Letramento Informacional na educação básica são:

- Propiciar iniciação básica à filosofia da ciência – o que é e como se faz ciência, as limitações e aspectos éticos;
- Introduzir o conceito de pesquisa e a importância do planejamento e método para resolução dos problemas;
- Conhecer a organização/arranjo das várias fontes de informação impressas e online. Por exemplo: material de referência (atlas, dicionários, enciclopédias), livros de leitura, de ficção, didáticos e paradidáticos, artigos de jornais e revistas;
- **Utilizar as novas tecnologias como recursos de busca e disseminação do conhecimento;**
- Buscar informações na internet de maneira eficaz e eficiente;
- Utilizar critérios adequados para avaliar os canais e fontes de informação;
- **Selecionar, organizar, relacionar dados e informações** de vários autores com diferentes pontos de vista e sintetizá-los em um documento (resumo);
- **Ler, compreender e retirar informações de diversos tipos de textos;**
- Produzir textos científicos, resumos, esquemas e sínteses;
- Conhecer as principais normas da ABNT de apresentação de trabalhos (referência bibliográfica, citação, sumário, resumos etc.);
- Compreender o conceito de autoria e plágio;
- **Compreender a organização das bibliotecas e usar os recursos e produtos disponíveis;**
- Conhecer como ocorre a produção das obras – do planejamento à distribuição no mercado (GASQUE, 2012, p. 91-92, grifo nosso).

Enfim, para que haja o uso adequado dos recursos informacionais existentes nas bibliotecas é preciso o seu reconhecimento e a compreensão pelos usuários do processo de uso desse recurso, saber: o que, como e quando buscar em cada fonte de informação, conforme sua necessidade e neste processo, o desenvolvimento de pesquisas e consultas em ambientes informacionais, exige a aprendizagem de capacidades peculiares a esse ambiente, em um processo que se chama ‘letramento informacional’.

Assim, de tudo que foi repassado até o momento, pode-se depreender que a leitura, o letramento e o letramento informacional, são processos que perpassam por um mesmo espaço: ‘A biblioteca escolar’ e são processos de aprendizagem e contínuos. A figura abaixo procura ilustrar essa correlação.

Figura 3 – Biblioteca Escolar e principais campos de atuação



Fonte: A autora, 2016.

Os recortes abaixo explicitam a real congruência entre os termos, sendo impossível desassociá-los, pois estão intrinsecamente relacionados.

A biblioteca escolar como espaço de leitura:

Para que a leitura se processe é mister que o leitor em potencial tenha acesso ao material de leitura. Cabe a biblioteca se organizar para permitir este acesso. “Ter acesso a livros – fundamento da leitura – é algo que, para alunos e professores, dificilmente poderá ocorrer sem algum apoio nas instituições de ensino”. Sem dúvida ao permitir ou facilitar o livre acesso dos usuários aos livros, a biblioteca escolar dá um grande passo em direção à ampliação do quadro de leitores. Sem dúvida ao permitir ou facilitar o livre acesso dos usuários aos livros, a biblioteca escolar dá um grande passo em direção à ampliação do quadro de leitores (SILVA, 2004, [p. 14]).

A biblioteca escolar como espaço de letramento:

As bibliotecas devem ser agências de letramento, onde as pessoas se apropriem do conhecimento, fazendo o uso social da escrita e da leitura nas suas práticas. Para isso, a biblioteca deve possuir os recursos informacionais necessários para atender as demandas de cada indivíduo; serviços e produtos que possibilitem o usuário torna-se um ser crítico e reflexivo; e por fim, uma infraestrutura adequada e espaço acolhedor que permita o indivíduo mergulhar na aventura da leitura e despertá-los para as potencialidades da escrita (ALVES; SANTANA; OLIVEIRA, 2015, p. 10).

A biblioteca escolar como espaço de letramento informacional:

A biblioteca deve propiciar o desenvolvimento do letramento informacional no contexto das necessidades curriculares e a viabilidade de processos de criação de conhecimento para envolvimento e uso efetivos da informação (FIALHO et al. 2013, [p.415]).

Realizada esta associação, não se pode negar a relevância do profissional de Biblioteconomia nesse processo. Campello (2009a) aponta a ação educativa do bibliotecário na escola. É por meio de metodologias que dêem sustentação a projetos de letramento informacional que o bibliotecário se insere no ambiente pedagógico.

Com as mudanças ocorridas na sociedade em geral e na educação em particular, expressas a partir da década de 1990, apresenta-se outra esfera de atuação do bibliotecário: educação de usuários/auxílio à pesquisa. Essas mudanças requerem que o indivíduo adquira competências para localizar, avaliar e usar informações, o que impõe aos bibliotecários que execute ações mais complexas, uma vez que os usuários, além de tornarem-se leitores, necessitam ser competentes para aprender por meio da informação, necessitam desenvolver habilidades informacionais (CAMPELLO, 2010). A pesquisadora completa citando que as práticas de educação de usuários nas bibliotecas integram hoje a noção de letramento informacional (ALA, 1989 apud CAMPELLO, 2010).

3 BIBLIOTECA ESCOLAR E ACESSIBILIDADE

Considerando-se que a biblioteca é um espaço coletivo que abriga suportes informacionais e procura garantir seu acesso de forma democrática (CAMPELLO et al., 2001, p.72) e tendo em vista todas as possibilidades de letramento que a biblioteca pode propiciar, ela não cumprirá sua missão se o acesso não se der de forma democrática.

Bernardino e Suaiden (2011) declaram que é função das bibliotecas disponibilizar e oferecer serviços com base na igualdade de acesso a todos, sem distinção.

A literatura aponta a importância da leitura, do letramento, do letramento informacional para o dia a dia do indivíduo; na instituição de ensino a função da biblioteca nessas atividades pode viabilizar inúmeras possibilidades de desenvolvimento do indivíduo, como os citados na fala de Kelly Gasque e de Bernadete Campello, daí o reconhecimento de que este espaço deve atender a ‘todos’ da comunidade acadêmica, sem exceção, sendo imprescindível para isso, primeiramente, a acessibilidade ao local.

Reyes (2010) afirma que a oferta da leitura é um ato relacionado à possibilidade de construção de um mundo mais igualitário. Partindo-se desse pressuposto, se infere que a garantia da acessibilidade arquitetônica à biblioteca escolar é um meio de inclusão social. Ao difundir a informação, ela auxilia no processo de construção do conhecimento ampliando-se a viabilidade da garantia do direito a cidadania, conforme se destaca:

uma biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população (FERRÉS, 2006, p.21).

A importância do acesso e da acessibilidade para a comunidade usuária da biblioteca é de suma importância, sem ela torna-se inviável o cumprimento da primeira Lei da Biblioteconomia ‘os livros são para usar’:

A localização de uma biblioteca pode, em geral, ser tomada como um índice do grau de confiança que os órgãos responsáveis por bibliotecas têm na Lei OS LIVROS SÃO PARA USAR (RANGANATHAN, 2009, p. 10)

De acordo com Souza e Targino (2016) trata-se de item que pontua questões relacionadas ao acesso e à acessibilidade para a comunidade usuária da biblioteca. As autoras acrescentam que se refere ao prédio / às instalações da biblioteca.

Se as coleções existem para ser utilizadas, devem estar acessíveis em ambientes que permitam seu uso, incluindo os recursos de acessibilidade para quem mantém necessidades especiais, o qual, quase sempre, precisa contar com o uso de rampas, elevadores e aparatos semelhantes (SOUZA; TARGINO, 2016, p. 15).

A Segunda Lei da Biblioteconomia, intitulada “A cada leitor o seu livro”, sugere que os livros são para ‘todos’, sem distinção, segundo Miranda e Miranda, (2015) e Souza e Targino (2016), sendo que essas duas últimas autorias afirmam inclusive que:

O princípio da informação para todos põe por terra qualquer tipo de discriminação, e, sobretudo, favorece recursos educacionais aos excluídos socialmente, o que só é possível por meio da disseminação do conhecimento e da democratização do acervo (SOUZA;TARGINO, 2016, p. 18).

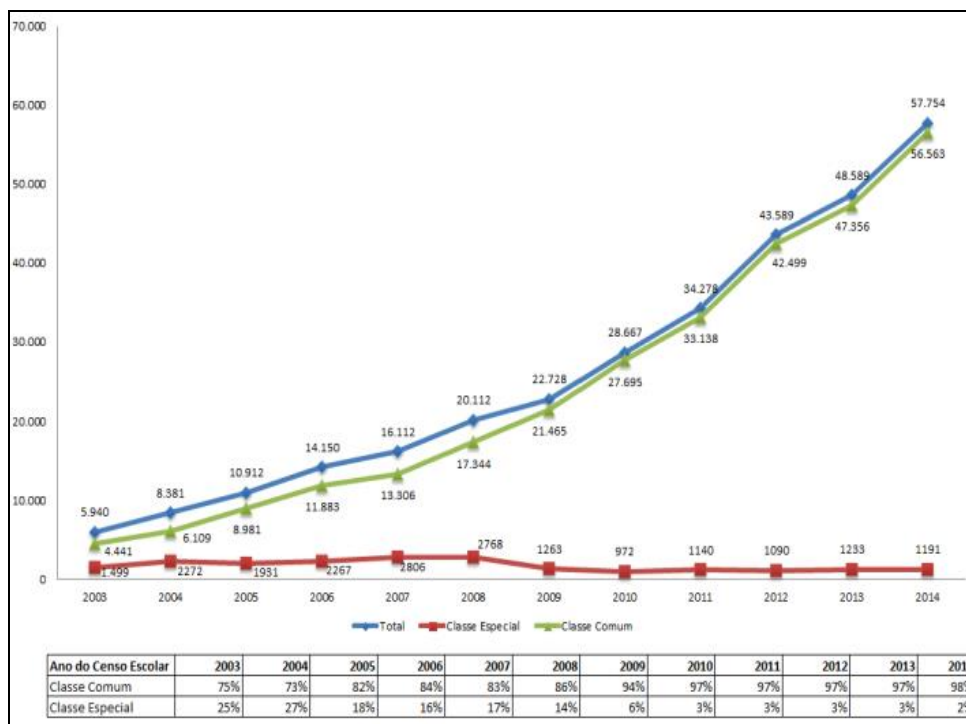
E a cada dia se torna cada vez mais imprescindível que ocorra essa democratização, pois dados dos últimos dois Censos Demográficos realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que é crescente o número de indivíduos que se declaram deficientes. Em 2000 o Brasil possuía uma população de 169.799.170 milhões de habitantes, sendo que destes 24,6 milhões apresentavam algum tipo de deficiência, cerca de 14,5% da população do país. Dentro deste grupo observa-se 16.644.842 deficientes visuais, 9.355.844 indivíduos com deficiência física e motora, 5.735.099 deficientes auditivos e 2.844.936 deficientes mentais. O Censo de 2010 revela a existência de 190.732.694 milhões de habitantes, dentre os quais o índice de pessoas que declaram algum tipo de deficiência chega a quase duplicar, passou para 45,6 milhões, sendo 35.774.392 com deficiência visual, 9.717.318 com deficiência auditiva, 13.265.599 com deficiência física/motora e 2.611.536 com deficiência mental/intelectual (ANDRÉS, 2014).

Na rede de escolas públicas e privadas no Brasil, o Censo Escolar - levantamento de dados estatísticos educacionais de âmbito nacional realizado anualmente sob a coordenação do INEP, também constatou o crescente número de estudantes matriculados com algum tipo de deficiência. Os dados são obtidos através da colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e todas as escolas públicas e privadas do país participam (PORTAL..., 2015).

A figura a seguir revela o aumento expressivo da quantidade de estudantes com deficiência matriculados no Ensino Médio, desde o ano de 2003 até o ano de 2014.

Percebe-se que em 2003 eram 5.940 estudantes matriculados já no ano de 2015 esse número sobe para 57.754.

Figura 4 – Relação de matrículas de estudantes com deficiência no Ensino médio



Fonte: BRASIL, [2015?]

Apesar dos índices ressaltarem o recorde em 2014 de alunos com deficiência matriculados em classes comuns no Ensino Médio, esse percentual comparado ao número de alunos com deficiência/transtornos/superdotação com o total de estudantes matriculados em cada etapa da Educação Básica regular, é em torno de (0,7%), sendo bem inferior às encontradas nos anos iniciais (2,83% do total de alunos matriculados nesta etapa) e finais do Ensino Fundamental (1,63%). Percebe-se assim que apenas um pequeno percentual dos alunos nestas condições que entram no Ensino Fundamental chega ao Ensino Médio. Isso pode ser visualizado na citação a seguir:

Na Educação Infantil, o percentual de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas em classes comuns, 77,4%, é menor que a média da Educação Básica, mas a tendência é de crescimento nesse indicador, ao passo que o percentual dessa população em escolas exclusivas vem diminuindo – de 57,5%, em 2009, para 21,5%, em 2014 –, bem como o percentual de matrículas em classes especiais – de 6,4%, em 2009, para 1,2%, em 2014.

No Ensino Fundamental (EF), os anos iniciais mostram tendência semelhante: o percentual de alunos com deficiência em classes comuns aumentou, passando de 56,9%, em 2009, para 76,2%, em 2014. O mesmo

ocorre nos anos finais do EF, etapa em que o percentual também já é maior nesse indicador – de 93,8% em 2009 para 97% em 2014.

No Ensino Médio, o percentual de alunos com deficiência matriculados em classes comuns é o maior dentre todas as etapas (97,9%, em 2014) e é continuamente crescente. O número de matrículas desses estudantes é recorde em 2014 nessa etapa (57.754 matrículas). Porém, ao compararmos o número de alunos com deficiência ao total de estudantes matriculados em cada etapa da Educação Básica regular, vemos que a proporção no Ensino Médio é bastante inferior às encontradas nas nos anos iniciais e finais do EF. Nos anos iniciais do EF, por exemplo, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação representavam 2,83% do total de alunos matriculados nesta etapa em 2014, enquanto no Ensino Médio, a proporção era de apenas 0,70%. Isso indica que dos alunos com essas características que entram no Ensino Fundamental, um percentual menor chega ao Ensino Médio (MATRÍCULAS..., 2015).

Já na Educação Profissional e Tecnológica, o percentual de alunos com deficiência matriculados em classes comuns em 2009 era de 39,9% passando para 84,28% em 2014. Na realidade é importante frisar que o número total de matrículas desses alunos nessa modalidade de ensino também é crescente, passando de 1.837 para 3.251 no período.

Quanto a Educação de Jovens e adultos (EJA), cerca de 50,86%, dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados estão em escolas exclusivas, enquanto 45,86% estão em classes comuns.

Dada essa realidade é imprescindível que cada vez mais se eliminem as barreiras à educação da pessoa com deficiência.

Dutra (2006, p. 5) afirma que:

As políticas educacionais devem prever a eliminação das barreiras à educação dos alunos com deficiência, com síndromes, com altas habilidades/superdotação prevendo o atendimento às necessidades educacionais especiais, promovendo a participação a partir de novas relações fundamentais para uma socialização humanizadora. A educação inclusiva pressupõe novas relações pedagógicas centradas nos modos de aprender das diferentes crianças e jovens e de relações sociais que valorizam a diversidade em todas as atividades, espaços e formas de convivência e trabalho. Dessa forma, na efetivação do direito de todos à educação, o direito à igualdade e o direito à diferença são indissociáveis e os direitos específicos servem para eliminar as discriminações e garantir a plena inclusão social.

Ressalta-se que para que o indivíduo possa ter o acesso ao ensino, itens primordiais devem ser considerados, como os elencados no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Seguem alguns deles:

- ✓ Acessibilidade;
- ✓ Desenho Universal;

- ✓ Tecnologia assistiva;
- ✓ Barreiras.

As barreiras podem ser consideradas um dos principais fatores impeditivos para que o indivíduo possa fazer uso do Sistema de Ensino. O referido estatuto elenca seis barreiras, que são:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015a).

Inferese que a transposição dessas barreiras possa ser um grande avanço no incentivo às crianças, jovens e adultos na busca/acesso de seus direitos fundamentais.

E o que vem a ser pessoa com deficiência e acessibilidade?

A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015a).

A pessoa com deficiência se enquadra nas seguintes categorias:

- a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 1999).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência enfoca, também, a Pessoa com Mobilidade Reduzida (P.M.R.)¹¹, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2015a).

Sabe-se que para o indivíduo com esse tipo de especificidade é de fundamental importância para a garantia da inclusão social e o exercício da cidadania assegurar as mesmas condições usuais no dia a dia, conforme o assegurado no Decreto nº 5.296/04, art.8, I:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Para Sasaki (1997, p. 47) a inclusão social é um processo que colabora para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas.

¹¹ Sigla adotada na NBR 9050/2015.

O termo acessibilidade começou a ser utilizado recentemente. No final da década de 1940 com o surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional é que se começa a utilizar o termo acessibilidade para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência. Na década de 1950, com a prática da reintegração de adultos reabilitados, os profissionais de reabilitação perceberam que essa prática era dificultada e até mesmo impedida por barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e nos meios de transporte coletivo. No decorrer dos anos, mudanças foram ocorrendo na tentativa de permitir a inclusão das pessoas com deficiência aos espaços comuns. Já na década de 1990, começou a ficar nítido que a acessibilidade deveria seguir o paradigma do desenho universal¹² (SASSAKI, 2011).

Sasaki classifica em seis as tipologias em acessibilidade, que são:

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil), virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).

Acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral (SASSAKI, 2011, p.[1]).

Sasaki (2011) esclarece que não apenas a preocupação com as barreiras arquitetônicas devam ser prioritárias para que se viabilize a inclusão, pois para que uma escola seja inclusiva é necessário que esteja implementando gradativamente as medidas efetivas de acessibilidade naqueles seis contextos. Entretanto, a literatura apresenta as

¹² Desenho universal é a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva que são produtos, equipamentos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços em prol da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2015a).

barreiras arquitetônicas como um grande empecilho para a acessibilidade, como se pode ler:

As barreiras arquitetônicas são os maiores empecilhos para as pessoas com necessidades educacionais especiais - deficiência física, que fazem uso de cadeira de rodas, bengalas ou muletas para se locomoverem. Não apenas dificultam, mas, muitas vezes, impedem completamente sua inserção na sociedade. Tais barreiras nem sempre são voluntárias, mas sem dúvida, são fruto do imenso descaso e da não obediência às leis vigentes (BRASIL, 2006).

A acessibilidade funciona como um instrumento para que a Instituição de Ensino se adapte a receber alunos com algum tipo de deficiência. É por meio dela que se busca eliminar quaisquer barreiras arquitetônicas, adequando mobiliário, materiais didático-pedagógicos, de acordo com as necessidades educacionais do indivíduo.

Na próxima seção apresentar-se-á a importância da educação inclusiva, bem como os marcos legais sobre o tema.

4 O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: MARCOS LEGAIS

A Educação inclusiva decorre da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento, surgindo como um conjunto de processos educacionais. Essas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos nela, independentemente de suas particularidades. (CARNEIRO, 2008, p. 29). O autor completa dizendo que a inclusão é um movimento da sociedade voltado para a produção da igualdade de oportunidades para ‘todos’ e é exatamente esse um dos direitos fundamentais do cidadão.

A Constituição Federal, de 1988, afirma que ‘todos são iguais perante a lei’, sem distinção de qualquer natureza. ‘Todos têm o direito de ir e vir’ (BRASIL, 1988). Declarações como estas fazem parte da Constituição e inferem a inclusão social e a acessibilidade, bem como em outros trechos. Mas para que os estudantes possam ter assegurado os direitos expressos na Carta Magna, as instituições de ensino precisam viabilizar, dentre outras ações, o direito de se locomover de forma plena dentro de suas instalações.

Outros documentos legais foram criados com propostas de estruturação na educação brasileira, com vistas a atender as necessidades especiais dos alunos, como será visto mais adiante.

Apesar de o tema ter se tornado mais notório nas últimas décadas, a inclusão social, no âmbito geral, já vem sendo discutida há algum tempo. Miranda (2015) apresentou em sua dissertação de mestrado uma síntese da legislação nacional e internacional na busca de direitos para as pessoas com deficiência. No quadro a seguir, percebe-se a margem temporal do quanto à temática já vem sendo discutida.

Quadro 2 - Marcos legais da Inclusão social

(continua)

ANO	TÍTULO E ASSUNTO
1948	TÍTULO: Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU – proclamada em 10 de dezembro de 1948
	ASSUNTO: Direitos humanos.
1975	TÍTULO: Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes – ONU – aprovada em 09 de dezembro de 1975
	ASSUNTO: Direitos das pessoas com deficiência.
1976	TÍTULO: Resolução nº 31/123 – ONU
	ASSUNTO: Ano Internacional das Pessoas Deficientes.
1981	TÍTULO: Declaração de Princípios
	ASSUNTO: Equiparação de Oportunidades.
1982	TÍTULO: Resolução nº 37/52 – ONU
	ASSUNTO: Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes.
1983	TÍTULO: Declaração de Cave Hill
	ASSUNTO: Equiparação de oportunidades.
1988	TÍTULO: Constituição da República Federativa do Brasil
	ASSUNTO: Estabelece direitos fundamentais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.
1989	TÍTULO: Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989
	ASSUNTO: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
1990	TÍTULO: Resolução nº 45/91 – ONU – 14 de dezembro de 1990
	ASSUNTO: Propõe uma sociedade para todos até 2010
1990	TÍTULO: Declaração de Jomtien – 09 de março de 1990
	ASSUNTO: Declaração Mundial sobre Educação para Todos.
1991	TÍTULO: Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991
	ASSUNTO: Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
1993	TÍTULO: Resolução nº 48/96 – ONU – 20 de dezembro de 1993
	ASSUNTO: Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência.
1994	TÍTULO: Declaração de Salamanca, de 10 de julho de 1994
	ASSUNTO: Sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais

Quadro 2 - Marcos legais da Inclusão social

(continuação)

ANO	TÍTULO E ASSUNTO
1996	TÍTULO: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996
	ASSUNTO: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1999	TÍTULO: Convenção da Guatemala – OEA – 28 de maio de 1999
	ASSUNTO: Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
1999	TÍTULO: Carta para o Terceiro Milênio – 09 de setembro de 1999
	ASSUNTO: Estabelece medidas para proteger os direitos das pessoas com deficiência mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão em todos os aspectos da vida.
2000	TÍTULO: Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000
	ASSUNTO: Estabelece atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência.
2000	TÍTULO: Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000
	ASSUNTO: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
2001	TÍTULO: Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão – 05 de junho de 2001
	ASSUNTO: Sociedade Inclusiva.
2001	TÍTULO: Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001
	ASSUNTO: Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
2002	TÍTULO: Declaração de Madri – 23 de março de 2002
	ASSUNTO: Estabelece parâmetro conceitual para as atividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência tanto em nível da União Européia como nos níveis regional, nacional e local.
2002	TÍTULO: Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002
	ASSUNTO: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.
2002	TÍTULO: Declaração de Sapporo – 18 de outubro de 2002
	ASSUNTO: As pessoas com deficiência se opõem às guerras, violência e todas as formas de opressão, que causam deficiência por causa de minas terrestres e diversos tipos de destruição armada e tortura.
2005	TÍTULO: Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005
	ASSUNTO: Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

Quadro 2 - Marcos legais da Inclusão social

(continuação)

ANO	TÍTULO E ASSUNTO
2005	TÍTULO: Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005
	ASSUNTO: Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
2006	TÍTULO: Declaração da década (2006-2016) das Américas pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência – OEA
	ASSUNTO: Tem por objetivos alcançar o reconhecimento e o pleno exercício dos direitos e da dignidade das pessoas com deficiência, e seu direito de participar plenamente da vida econômica, social, cultural, política e no desenvolvimento de suas sociedades, sem discriminação e em situação de igualdade com os demais (cidadãos e cidadãs).
2006	TÍTULO: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU
	ASSUNTO: Direitos das Pessoas com Deficiência.
2008	TÍTULO: Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008
	ASSUNTO: Institui o Dia Nacional dos Surdos.
2009	TÍTULO: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009
	ASSUNTO: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
2011	TÍTULO: Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011
	ASSUNTO: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
2015	TÍTULO: Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015
	ASSUNTO: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte: MIRANDA, 2015

O quadro acima elenca o posicionamento jurídico da inclusão social e acaba, também, por citar de forma abrangente a temática no Sistema Educacional, restando destacar aqui apenas alguns comentários.

Bezerra (2009, p.[1]) alega que o Brasil, no que diz respeito às leis que regulamentam a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, tem evoluído “a passos largos”. O pesquisador cita a Constituição Federal que apresenta em seu Capítulo III, no Artigo 208, Inciso III, determinações que norteiam a educação inclusiva no país, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que em seus artigos 58, 59 e 60 visa incluir os alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 1996).

A Declaração de Salamanca, proposta pela UNESCO em 1994, também estabelece uma educação de direitos de todos, independentemente de suas especificidades: “As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de

suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (ORGANIZAÇÃO..., 1994, p. 03).

O Decreto Lei nº 5.296/2004, em seu Art. 24, diz que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, público ou privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de ‘todos os seus ambientes ou compartimentos’ para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aulas, biblioteca, auditórios, ginásio e instalações desportivas, laboratórios, área de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015) também especifica a inclusão no Sistema Educacional, finaliza no Artigo 28, Parágrafo 1º, que “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2015a).

Enfim, no decorrer dos anos foram elaboradas leis e instruções normativas para atender às necessidades educacionais de todos os indivíduos.

Além das legislações citadas, outras existem e certamente algumas serão revistas, ampliadas e ou criadas, na busca da plena inclusão do indivíduo na sociedade, e o primeiro passo certamente para que isso ocorra se dá garantindo o direito à educação.

Após a revisão de literatura sobre a temática pesquisada, a próxima seção tratará sobre a metodologia utilizada na elaboração deste estudo.

5 METODOLOGIA

A presente seção apresenta a metodologia utilizada nesta pesquisa e aborda os seguintes itens:

- O tipo da pesquisa e a metodologia utilizada;
- A coleta e tratamento dos dados;
- As limitações do método.

5.1 TEMA, QUESTÃO, OBJETIVOS E OBJETO DA PESQUISA

O tema da pesquisa que este trabalho relata é o da biblioteca escolar e sua função junto às instituições de ensino da ótica da acessibilidade arquitetônica. Considera como objeto da pesquisa a Biblioteca Prof. Eurico de Oliveira Assis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – *Campus* Rio de Janeiro, que também é seu universo de amostra.

A escolha pelo IFRJ *Campus* Rio de Janeiro, deu-se pela facilidade de observação *in loco*, limitando, assim, a esse campo apenas os dados apresentados.

A questão de pesquisa está em estabelecer quais as necessidades da BPEOA em relação à adequação arquitetônica às pessoas com necessidades especiais, especificamente, deficiências físicas e/ou mobilidade reduzida, segundo a legislação vigente, e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando os indicadores selecionados na literatura.

No que se refere aos objetivos, o objetivo central foi verificar se a BPEOA tem em sua estrutura acessibilidade arquitetônica para seus serviços e produtos, principalmente no que se refere ao cumprimento da missão e função desse espaço para com a comunidade interna e externa.

5.2 O TIPO DA PESQUISA, METODOLOGIA UTILIZADA E LIMITAÇÕES

A presente dissertação resultou de um estudo exploratório e descritivo. A pesquisa descritiva apresenta as características de determinadas populações ou fenômeno, já a pesquisa exploratória procura levantar informações a respeito de determinado objeto, delimitando o campo de trabalho, “mapeando as condições de

manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2007, p.125); que é o caso dessa dissertação.

Sendo uma pesquisa descritiva e exploratória, quanto à abordagem utilizou-se, a pesquisa qualitativa, uma vez que essa pretende explicar o porquê das coisas sem a representatividade numérica, exprimindo o que deve ser feito. A interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados são básicas neste tipo de pesquisa, tendo como fonte direta de dados o próprio ambiente natural (GONDENBERG, 2008).

Observa-se que a pesquisa cumpre as cinco características básicas propostas por Bogdan e Biklen (1982 apud LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.11-13), para a pesquisa qualitativa, conforme se pode verificar na sua proposição:

a) O ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador é o principal instrumento; pressupõe que exista o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação investigada;

b) Os dados coletados são predominantemente descritivos; algo que aparentemente pode ser considerado simples, torna-se foco de sistemática investigação, pois pode ser algo imprescindível para compreender o problema que está sendo estudado;

c) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O pesquisador ao estudar um problema pretende verificar de que maneira ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas;

d) O "significado" que as pessoas dão às coisas e à vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a "perspectiva dos participantes",

e) A análise dos dados tende a ser indutiva.

Quanto aos meios, a pesquisa foi apoiada em pesquisa documental, bibliográfica e de campo. A pesquisa documental utilizou documentos internos do IFRJ e a legislação sobre o tema. Já a pesquisa bibliográfica forneceu dados sobre a acessibilidade e para a análise reflexiva sobre a importância da biblioteca devidamente adequada à acessibilidade no ambiente educacional e o seu papel principalmente no estímulo à leitura, bem como sua importância para o letramento contínuo. Para isso utilizou-se textos de pesquisadores na área da Educação, como Paulo Freire, Maria Mollica, Leda Tfoune, Magda Soares, Ângela Kleiman, dentre outros. Na área da biblioteconomia foram citadas as obras de Bernadete Campello, Kelly Gasque, dentre outras. O intuito foi entender melhor os conceitos na área de Biblioteca Escolar, Letramento, Letramento Informacional, Acessibilidade e Inclusão Social.

Pode-se comentar que essa pesquisa bibliográfica foi abrangente, utilizando-se livros, dissertações e artigos científicos, destacando-se o levantamento bibliográfico na Base Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar – LIBES.

A pesquisa investigou ainda o tema biblioteca escolar associado à acessibilidade arquitetônica, utilizando como palavras-chave, assunto, título e resumo os termos “biblioteca escolar”, “acessibilidade arquitetônica”, “pessoas com deficiência”, “educação inclusiva”.

Para a apresentação da Biblioteca Prof. Eurico de Oliveira Assis, quanto aos recursos organizacionais, os indicadores a serem trabalhados são os Parâmetros do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE/UFMG), que incluem acervo, espaço físico, computadores com acesso à internet, organização do acervo, pessoal e serviços e atividades. Quanto a sua acessibilidade para atender às pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, utilizou-se como instrumento os indicadores propostos por Gentil Junior (2016) a partir das determinações da norma técnica NBR 9050:2015 e outras vigentes.

Na próxima seção constam os resultados da pesquisa de campo, iniciando pela apresentação geral do IFRJ – *Campus* Rio de Janeiro, seguida da apresentação do objeto da pesquisa, a qual se fará utilizando os indicadores mencionados.

6 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

6.1 LOCALIZANDO O IFRJ NA RFEPCT

Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) passa pela maior expansão de sua história. Entre os anos de 1909 a 2002 construíram-se 140 (cento e quarenta) Escolas Técnicas no Brasil, sendo que nos anos de 2003 e 2016 o MEC concretizou mais de 500 novas unidades, totalizando 644 campi em funcionamento. São 38 Institutos Federais presentes em todos os estados, disponibilizando cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas¹³.

Essa Rede também é composta por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São 2 (dois) Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), 25 (vinte e cinco) escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica¹⁴.

Assim, as instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:

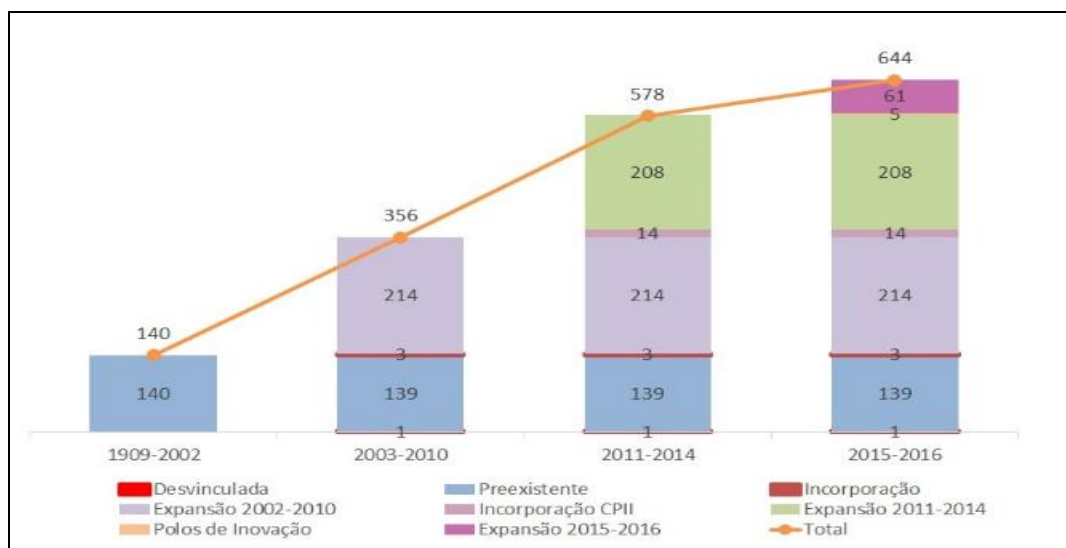
- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Centros Federais de Educação Tecnológica;
- Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais;
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná;
- Colégio Pedro II.

Na figura 5 consta a evolução dos quantitativos de unidades dessa Rede Federal de Educação de 1909 a 2016.

¹³ Disponível em:<<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

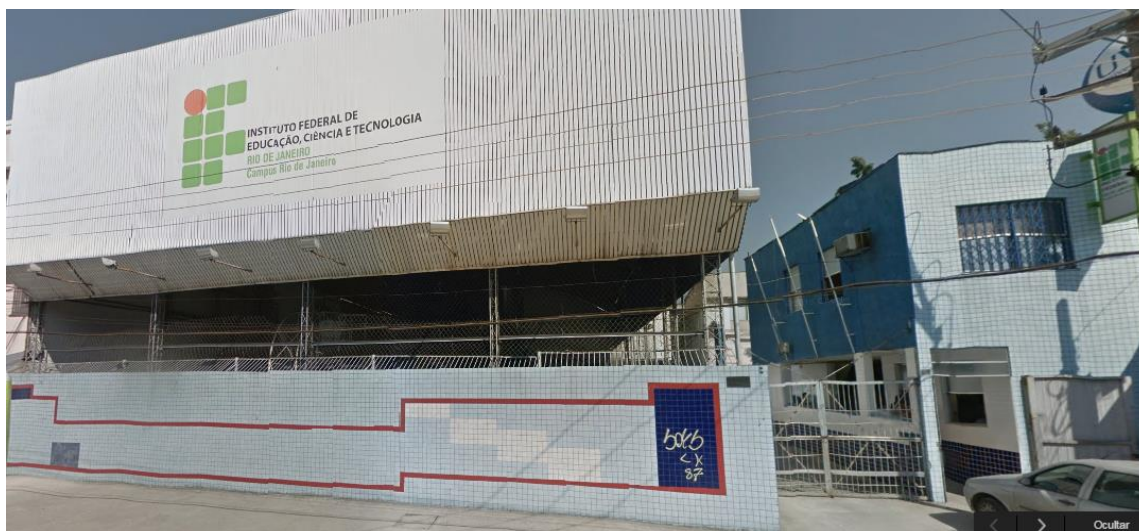
¹⁴ Disponível em:<<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

Figura 5 - Expansão da RFEFCT – em unidades



Fonte: PORTAL..., 2016

Os IF foram criados pela Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e agregados à RFEFCT. Assim surge o IFRJ, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFET Química de Nilópolis-RJ), seguida da integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, até então vinculado à Universidade Federal Fluminense¹⁵. A figura abaixo apresenta a atual fachada do *Campus* Rio de Janeiro.

Figura 6 - O IFRJ *Campus* Rio de Janeiro - Fachada

Fonte: Google (2015)

¹⁵ <http://www.ifrj.edu.br/node/13>

6.2 A PROPOSTA DO IFRJ E SEUS CURSOS

De acordo com o Capítulo I da Lei Nº 11.892/2008, no art.2º a definição para os IF é a seguinte:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Assim, a proposta da referida Instituição é formar e qualificar cidadãos de maneira a inseri-los nos diversos setores da economia. Sua missão é a promoção da formação profissional e humana, por meio da educação inclusiva e de qualidade, objetivando contribuir para o desenvolvimento do país nos campos educacional, científico, tecnológico, ambiental, econômico, social e cultural. Como visão, o IFRJ busca a consolidação como instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica, integrando as ações de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na disseminação da cultura inovadora e em consonância com as demandas da sociedade¹⁸.

O IFRJ *Campus* Rio de Janeiro conta com cerca de 1733 (um mil e setecentos e trinta e três) alunos do Ensino Médio Técnico, 530 (quinhentos e trinta) alunos do Ensino Superior e 66 (sessenta e seis) alunos dos Cursos de Pós-Graduação¹⁹. Além do público discente e da comunidade externa, a biblioteca atende os docentes e Técnicos administrativos, que no *Campus* são cerca de 235 (duzentos e trinta e cinco) docentes e 110 (cento e dez) Técnicos-Administrativos²⁰. Atualmente o *Campus* Rio de Janeiro oferece os cursos listados no quadro a seguir:

¹⁸Disponível em:< <http://www.ifrj.edu.br/node/22>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

¹⁹ Informações contidas nos Sistemas Acadêmicos Aula e SIGAEDU em agosto de 2016.

²⁰ Dados fornecidos pela Direção Geral do Campus em palestra de recepção aos novos servidores em abril de 2016.

Quadro 3 - Cursos ofertados pelo IFRJ *Campus* Rio de Janeiro

ENSINO MÉDIO E TÉCNICO	
Técnico em Alimentos - Integrado	
Técnico em Meio Ambiente - Integrado	
Técnico em Biotecnologia - Integrado	
Técnico em Farmácia - Integrado	
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - Integrado (Educação de Jovens e Adultos)	
Técnico em Química - Concomitante	
Técnico em Química - Integrado	
GRADUAÇÃO	
Bacharelado em Ciências Biológicas com Habilitação em Biotecnologia	
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	
Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos	
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	
Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos	
Mestrado em Bioquímica e Biologia Molecular	
Doutorado em Bioquímica e Biologia Molecular	
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	
Especialização em Ensino de Ciências com Ênfase em Biologia e Química	
Especialização em Gestão da Segurança de Alimentos e Qualidade Nutricional	

Fonte: <http://www.ifrj.edu.br/>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Em agosto de 2015 a Instituição passou pelo recredenciamento dos cursos de graduação validados junto ao Ministério da Educação (MEC). A Instituição recebeu o conceito 4 (quatro) que configura como MUITO BOM/MUITO BEM. Para o entendimento global deste conceito, segue o quadro abaixo com os indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Quadro 4 - A atribuição dos conceitos de acordo com os indicadores do INEP

CONCEITO	DESCRIÇÃO
1	Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS.
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE.
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE.
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE.

Fonte: Brasil, 2015b.

No que se refere às instalações administrativas e estrutura física da biblioteca o conceito expedido foi 3 (três). Itens como acessibilidade arquitetônica às instalações e infra-estrutura da biblioteca fizeram parte do Relatório dos Avaliadores como pode ser observado nos recortes abaixo.

Todas as áreas destinadas às instalações administrativas da IES atendem satisfatoriamente as necessidades e possuem condições adequadas de ambiência e atendem as necessidades atuais da IES. São ventiladas, a maioria com climatização, bem iluminadas, com segurança e com condições satisfatórias de conservação. Em toda área administrativa **há acessibilidade para portadores de deficiência de locomoção** (RELATÓRIO..., 2015, p. 16, grifo nosso).

A infraestrutura física das bibliotecas visitadas atende, **no momento**, às necessidades dos alunos, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, **acessibilidade**, conservação e condições para atendimento educacional especializado [...]).(RELATÓRIO...2015, p. 16, grifo nosso).

Os avaliadores consideraram as prerrogativas de marcos legais da acessibilidade, como a Constituição Federal de 1988, Artigos 205, 206 e 208, que garante o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e III – a garantia do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo com a capacidade de cada um (art. 208, III e V); a própria NBR 9050/2004 que dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação; o Decreto nº 5.296/2004, que Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; o decreto 6.949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; o decreto nº 7.611/2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências e a Portaria nº 3.284/2003 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de

deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. (RELATÓRIO..., 2015, p. 18).

É importante salientar que o IFRJ vem realizando melhorias em suas instalações, tanto para atender as exigências no Relatório de Avaliação, quanto para poder cumprir o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2014-2018). No que se refere à BPEOA, o documento cita que até o ano de 2018, o objetivo é que as condições de acessibilidade do setor seja total. (BRASIL, 2015c, p. 176).

No Plano Pedagógico Institucional (PPI) (2014-2018), também consta a necessidade da adequação das instalações do IFRJ para atender as pessoas com necessidades especiais.

Os *Campi* do IFRJ deverão proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de sala de aula, biblioteca, auditórios, instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2015d, p.58).

O PPI (2014-2018) esclarece que no âmbito Federal da Educação Tecnológica, o marco da institucionalização de uma política inclusiva ocorreu em 2001 com a criação do Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, como se verifica:

Com ações focadas na inclusão de pessoas com necessidades especiais (deficiência, superdotação, com transtornos globais de desenvolvimento e outras), o TEC NEP criou, em 98 instituições da Rede Federal, os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE. Desde sua criação, os NAPNE buscam a inclusão social e a construção da autonomia das pessoas com necessidades educacionais específicas no espaço das instituições da Rede Federal e fora dele. (IFRJ, 2015d, p. 62-63).

No IFRJ o Núcleo de Apoio a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais encontrou respaldo na Portaria nº 09 de 25 de março de 2008. A implantação inicial foi no *Campus* Nilópolis, sua estrutura tem como bases iniciais a sensibilização de alunos, professores e técnico-administrativos quanto à temática. Já no *Campus* Rio de Janeiro a implantação do NAPNE é recente, ocorreu no 1º semestre do corrente ano.

6.3 A BIBLIOTECA PROFESSOR EURICO DE OLIVEIRA ASSIS

A Biblioteca Professor Eurico de Oliveira Assis foi inaugurada em 1978, durante a I Semana da Química da Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (FONTAN, 2011). Seu horário de funcionamento é das 08:00h às 21:00h de segunda a sexta-feira e sábados das 08:00h às 12:00h. Seu espaço atual é de 218,40 m², distribuídos entre área administrativa, acervo, salão de leitura, setor de circulação e setor de guarda volumes, baias para estudo individual e espaço com terminais de computadores para os usuários.

O acervo conta com cerca de 27.000 itens para atender às necessidades de cursos técnicos e superiores oferecidos na instituição.

De acordo com as estatísticas do setor, entre os meses de janeiro a junho do corrente ano a biblioteca já registrou uma frequência de cerca de 16.000 (dezesseis mil usuários).

6.3.1 Um olhar por meio dos Indicadores de Qualidade do GEBE

Realizada essa introdução da BPEOA, para que se tenha uma visão mais detalhada do setor, a mesma será apresentada utilizando como parâmetro os indicadores do GEBE. Esses parâmetros tiveram sua origem no Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informações para o ensino público, divulgado em 2008 pelo Sistema CFB/CRB (Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselhos Regionais de Biblioteconomia), que argumentava a favor da criação de bibliotecas nas escolas públicas do país, o intuito era dotar as escolas com bibliotecas de qualidade, que contribuíssem efetivamente na formação de crianças e jovens brasileiros. Em 2010 foi divulgado o documento elaborado por uma equipe de pesquisadores do GEBE, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, sob a coordenação da professora Bernadete Campello²¹.

O documento é composto por duas partes. A primeira parte, que é a utilizada nessa pesquisa, contém seis indicadores que representam o nível básico em que uma

²¹ Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/images/stories/padroesparabibliotecasescolares.pdf>>. Acesso em: 23 maio de 2016.

biblioteca deve ser funcional, e aponta os requisitos para se chegar ao nível exemplar. Já a segunda parte do documento é um instrumento de avaliação e planejamento, o qual não é o alvo da pesquisa aqui relatada.

Assim, os seis indicadores de qualidade que serão abordados seguindo a ordem abaixo.

- ✓ Espaço físico;
- ✓ Acervo;
- ✓ Computadores com acesso à internet;
- ✓ Organização do acervo;
- ✓ Serviços e atividades; e
- ✓ Pessoal.

6.3.1.1 Indicador: Espaço físico

De acordo com os indicadores do GEBE, a biblioteca escolar que conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários, será classificada em:

a) Nível básico: de 50m² a 100m²; assentos que atendam simultaneamente uma classe inteira e usuários avulsos; um balcão de atendimento, uma mesa com cadeira e um computador com acesso à internet para os funcionários.

b) Nível exemplar: acima de 300m²; assentos para acomodar mais que uma classe inteira, usuários avulsos e grupos de alunos; um balcão de atendimento e ambiente específico para atividades técnicas, mesa, cadeira, computadores com acesso à internet para cada funcionário.

A BPEOA pode ser enquadrada no nível básico, no que se refere a este indicador.

Completando as informações. A biblioteca possui basicamente duas divisões: Sala da Coordenação e um Salão para os demais serviços. Na sala da Coordenação também são realizados os serviços de processamento técnico.

No salão da biblioteca existem 45 (quarenta e cinco) assentos e 11 (onze) mesas. Conta, ainda com 11 (onze) cabines para estudo individual, 13 (treze) computadores com acesso à internet e o acervo, que está disposto em 24 (vinte e quatro) estantes dupla-face.

É importante notar que o acervo, o espaço para estudo individual, os terminais de computadores, as mesas para estudo e o Setor de Referência/Circulação ficam distribuídos num mesmo salão, conforme fotografia 1.

Fotografia 1 – Salão da Biblioteca



Fonte: A autora, 2016.

6.3.1.2 *Indicador: Acervo*

A Biblioteca Escolar que conta com acervo compatível com o número de alunos, será classificada em:

a) **Nível básico:** Em conformidade com a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, Art. 2º, Parágrafo único, “Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares” (BRASIL, 2010a).

b) **Nível exemplar:** a partir de quatro títulos por aluno.

Além disso, o acervo deve contemplar a diversidade de gêneros textuais de fontes de informação destinadas aos usos escolares, como dicionários, almanaques etc. O acervo deve oferecer, também, periódicos e outros materiais não impressos (CAMPELLO, 2010).

Em relação ao indicador Acervo a BPEOA encontra-se no nível básico, sendo necessária a atualização do mesmo e a aquisição de mais exemplares de alguns títulos.

De acordo com o Livro de Tombo, o acervo possui cerca de 27.000 itens, distribuídos de maneira a atender, principalmente, às áreas relacionadas aos cursos oferecidos pelo *Campus*. São livros didáticos, técnicos, de literatura, dicionários,

periódicos, além da produção acadêmica do *Campus*, relatórios de estágios, trabalhos de conclusão de curso e outros.

6.3.1.3 Indicador: Computadores com acesso à internet

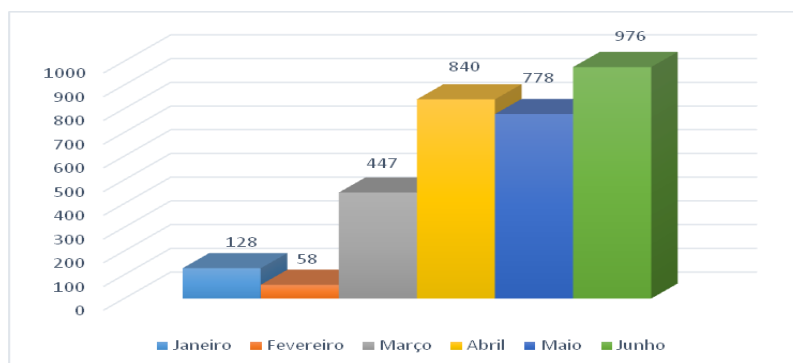
a) Nível Básico: com pelo menos um computador ligado à internet, para uso de professores e alunos em atividade de ensino/aprendizagem.

b) Nível exemplar: computadores ligados à internet em número suficiente para atender professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem, de maneira a atender uma classe inteira.

A biblioteca possui 13 computadores destinados aos usuários da biblioteca, sejam discentes, docentes, Técnico-administrativos. Em junho do presente ano observou-se significativa demanda desse serviço, inclusive para utilização de professores com turma de alunos.

A estatística referente ao período de janeiro a junho do corrente ano comprova essa afirmação.

Gráfico 1 – Uso dos computadores da biblioteca no período de Janeiro a Junho de 2016



Fonte: Dados estatísticos da biblioteca. Adaptado pela autora, 2016.

A maioria dos usuários que fez uso durante o período mencionado foram alunos do Ensino Médio/Técnico. Neste item não se pode afirmar, de maneira contundente, que a Biblioteca se enquadra no nível básico ou no nível exemplar, pois na observação “in loco” realizada entre os meses de março e junho, verificou-se que os terminais de computadores atendem a demanda diária, porém existem turmas com distintas quantidades de alunos, algumas excedem a quantidade de computadores da biblioteca,

neste caso, inviabilizaria o uso dos computadores, ao mesmo tempo por uma classe inteira.

6.3.1.4 Indicador: Organização do acervo

- a) Nível Básico: o catálogo deverá incluir os livros do acervo, possibilitando a recuperação por autor, título e assunto;
- b) Nível exemplar: o catálogo é informatizado, possibilitando o seu acesso remoto a todos os itens do acervo, permitindo a recuperação por título, autor e assunto, além de outros pontos de acesso.

A pesquisa ao acervo da BPEOA pode ser realizada pelo Sistema Acadêmico Aula, entretanto, neste quesito, o mesmo encontra-se desatualizado. As obras que estão inseridas no Sistema podem ser acessadas remotamente e a busca pode ser feita por autor, título e assunto. Assim, a BPEOA encontra-se no nível exemplar, ainda que o Sistema esteja desatualizado.

Figura 9 – Consulta ao acervo pelo Sistema Acadêmico do IFRJ

Fonte: Disponível em: <<http://sistemaacademico.ifrj.edu.br/biblioteca/>>. Acesso em: 10 Abr. 2016.

6.3.1.5 Indicador: Serviços e Atividades

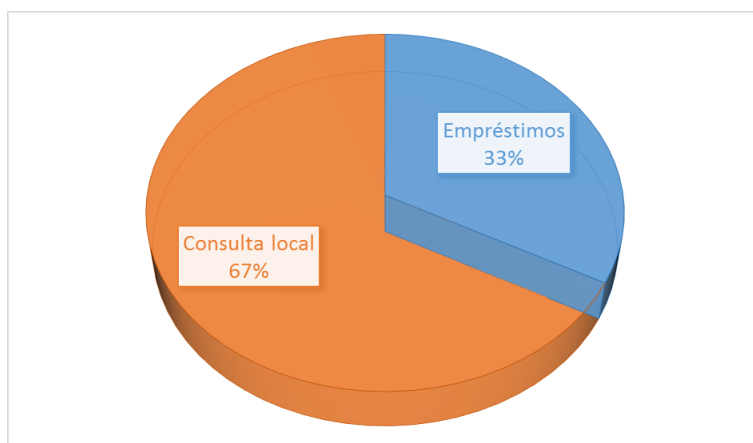
- a) Nível básico: consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa.
- b) Nível exemplar: consulta no local, empréstimo domiciliar, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa, além de serviço de divulgação de novas

aquisições, exposições e serviços específicos para os professores, como levantamento bibliográfico e boletim de alerta.

Neste item a Biblioteca pode ser enquadrada no nível básico, restando a intensificação de exposições e serviços específicos para os professores, para que possa ser considerada como nível exemplar.

Em relação à consulta local e empréstimos domiciliares, no período de janeiro a junho de 2016 foram realizados 3.662 empréstimos domiciliares e 7.490 consultas locais.

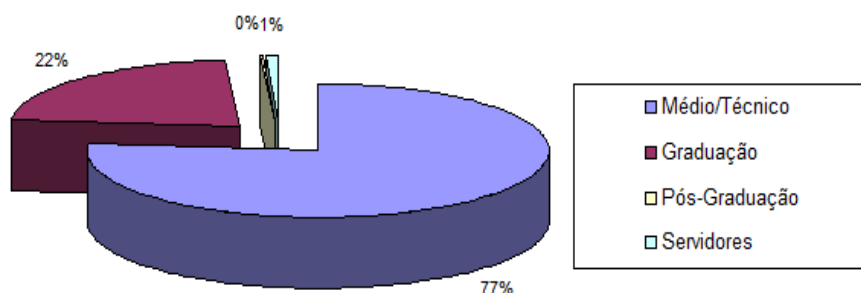
Gráfico 2 – Consulta Local e Empréstimos realizados no período de Janeiro a Junho de 2016



Fonte: Dados estatísticos da biblioteca. Adaptado pela autora, 2016.

Sendo que o público que mais fez uso desses serviços foram os alunos do Ensino Médio Técnico, fato que pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Frequência / Uso da BPEOA, por cursos, no período de janeiro a junho de 2016



Fonte: Dados estatísticos da biblioteca. Adaptado pelo autor, 2016.

6.3.1.6 *Indicador: Pessoal*

a) Nível básico: um bibliotecário supervisor (responsável por no máximo quatro bibliotecas, atendendo até quatro mil alunos), responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que as bibliotecas fazem parte de um sistema/rede), além de auxiliares em cada uma das bibliotecas, em cada turno.

b) Nível exemplar: um bibliotecário responsável pela biblioteca e pessoal auxiliar em cada turno, de acordo com o número de alunos da escola.

Neste indicador a biblioteca pode ser enquadrada no nível exemplar. Em seu quadro funcional, a biblioteca conta com 3 (três) bibliotecários, 3 (três) auxiliares de biblioteca, todos servidores públicos. Além de monitores, os quais são alunos do próprio *Campus* e prestam apoio à biblioteca.

Apresentada a biblioteca de acordo com os indicadores do GEBE, a partir da subseção a seguir a análise se dará tendo como referencial a acessibilidade arquitetônica da BPEOA.

7 RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO SOB O PRISMA DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PROPOSTOS POR GENTIL JUNIOR

Nessa seção será apresentada e analisada a BPEOA, no que diz respeito a sua acessibilidade arquitetônica, de acordo com a Lista de Indicadores de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas elaborada por Gentil Junior (2016), apresentada em sua dissertação de mestrado, de acordo com a NBR 9050/2015 e outras normas vigentes.

Ressalta-se que no *Campus* Rio de Janeiro não existem alunos oficialmente declarados deficientes, mas possui um Técnico Administrativo cadeirante.

O intuito aqui é contribuir com a acessibilidade arquitetônica para os futuros alunos que venham a estudar nessa Instituição, bem como para com os docentes, Técnicos-Administrativos e a comunidade externa que utiliza ou possa vir a utilizar o espaço e possua alguma limitação motora.

A biblioteca está localizada no primeiro andar do Prédio do IFRJ – *Campus* Rio de Janeiro. Rua Senador Furtado 121, Bairro Maracanã, zona norte da cidade do Rio de Janeiro – RJ. Nesta área diariamente circulam muitas pessoas, existem na mesma rua, bem próximo ao Instituto, duas escolas públicas e uma Universidade. A quantidade de circulação de veículos de transporte pessoal e coletivo é significativa.

Segue a fotografia 2, apresentando respectivamente a parte frontal do IFRJ e a Rua Senador Furtado, que dá acesso ao Instituto.

Fotografia 2 - Acesso ao IFRJ *Campus* Rio de Janeiro



Fonte: Google, 2015.

Na Acessibilidade Arquitetônica, as questões serão apresentadas em seis indicadores elaborados por Gentil Junior (2016) que são:

- ✓ Entorno da Biblioteca;
- ✓ Entrada da Biblioteca;
- ✓ Espaços internos da Biblioteca;
- ✓ Pisos da Biblioteca;
- ✓ Corredores da Biblioteca; e
- ✓ Sanitários da Biblioteca.

Na Acessibilidade Instrumental, que se refere aos instrumentos de trabalho (mobiliário e equipamentos) as questões foram agrupadas em três indicadores elaborados por Gentil Junior (2016), que são:

- ✓ Balcão de Atendimento da Biblioteca;
- ✓ Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca e;
- ✓ Estantes da Biblioteca.

Seguindo a Lista de indicadores supracitada e estão contidos no Anexo A, segue a verificação do primeiro indicador.

7.1 INDICADOR: ENTORNO DA BIBLIOTECA

Verificar o entorno no qual a Biblioteca está situada é de extrema importância para se averiguar as condições de acessibilidade a mesma.

Em relação a esse item, próximo ao IFRJ, na mesma calçada inclusive, existe ponto de ônibus e pelo que fora observado, as linhas de ônibus que circulam neste local possuem o Símbolo Internacional de Acesso (SIA). Atendendo as especificações da NBR 14022:2011, no que se refere à comunicação externa visual.

A próxima fotografia foi retirada da porta de entrada principal do IFRJ quando o veículo estava passando.

Fotografia 3 – Ônibus com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA)

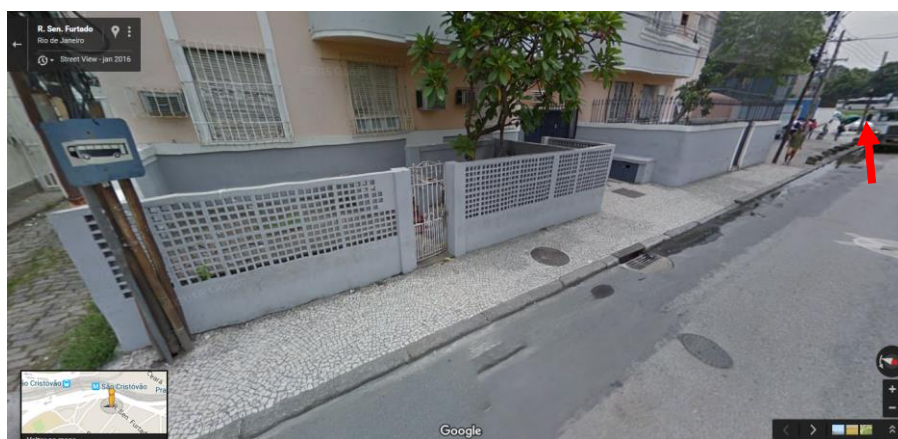


Fonte: A autora, 2016

O percurso entre o ponto de embarque/desembarque até o Instituto não é considerado acessível, apresentando, entre outros problemas: calçamento irregular, buracos e obstáculos. A calçada é extremamente estreita na área de embarque e desembarque de ônibus e em determinados períodos a demanda de pedestre é intensa, se torna rotina para quem circula pela calçada ter que passar pelo canteiro da estrada.

A fotografia 4 apresenta a área de embarque e desembarque de ônibus mais próxima do Instituto.

Fotografia 4 – Área de embarque e desembarque de ônibus



Fonte: Google Maps, 2016.

A seta na fotografia anterior busca sinalizar a entrada do Instituto. Já a fotografia 5 busca ampliar a visualização da área demarcada com a seta. Observa-se a existência de alguns obstáculos, como um poste, buracos, remendos, pedras portuguesas soltas.

Fotografia 5 – Continuação da Área de embarque e desembarque de ônibus até a entrada do IFRJ



Fonte: A autora, 2016.

Outra forma de acesso ao Instituto por meio de transporte público é o Metrô, pois em frente ao Instituto, conforme apresentado na fotografia 5, existe o Acesso C da Estação São Cristóvão, porém é inacessível a pessoa com deficiência física e mobilidade reduzida, como comprovam as fotografias a seguir.

Fotografia 6 – Acesso C da Estação de Metrô- São Cristóvão



Fonte: A autora, 2016

Por fim, é importante frisar que a sinalização mais próxima com faixa de pedestre fica a cerca de 150 m do Instituto e suas condições não atendem satisfatoriamente aos requisitos de acessibilidade, como falta de sinalização sonora e rebaixamento das calçadas. A calçada está extremamente danificada como mostra a próxima fotografia.

Fotografia 7 – Sinalização mais próxima ao IFRJ



Fonte: A autora, 2016

Existem 2 (duas) vagas para deficiente físico a cerca de 150m da entrada do Instituto. As vagas são sinalizadas por uma placa, mas as marcações no chão estão extremamente apagadas e não foi observada rampa próxima.

Fotografia 8 – Estacionamento - vagas preferenciais



Fonte: A autora, 2016

Em relação ao calçamento, percebe-se que o mesmo é precário, tanto na rua quanto nos limites do Instituto. As fotografias abaixo corroboram para a afirmativa.

Fotografias 9 e 10 – Obstáculos localizados na entrada principal do Instituto



Fonte: A autora, 2016

Calçadas em boas condições são elementos fundamentais para a mobilidade. Percebe-se nas fotografias que além da falta de manutenção das calçadas no entorno do IFRJ, existem ainda barreiras diárias, como carro estacionado na calçada, buracos, falta de rebaixamento adequado. O rebaixamento da calçada quase não fora percebido no entorno do Instituto. De acordo com a NBR 9050:2015 a calçada rebaixada é aquela que possui rampa construída ou implantada na calçada, com o objetivo de promover a concordância de nível entre estas e o leito carroçável (parte destinada a circulação de veículos).

Para o acesso à biblioteca apresentar-se-á o trajeto desde a entrada no próprio Instituto.

O indivíduo possui duas opções para adentrar no Instituto, a primeira é fazer uso do corredor para pedestre como ilustra a Fotografia 11 (à esquerda). Esse corredor possui largura de 1,27 m atendendo as especificações da NBR 9050:2015 item 6.11.1 que prevê o mínimo de 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00m. Caso o indivíduo esteja com veículo, a opção é fazer uso do portão da garagem (fotografia 12 à direita).

Fotografias 11 e 12 – Rotas de entrada - IFRJ



Fonte: A autora, 2016

Ressalta-se que é fundamental a desobstrução desses pontos, sendo necessário rever os obstáculos existentes conforme a fotografia 13 (à esquerda), tanto como a lixeira, como veículo estacionado muito próximo a entrada do corredor para pedestres. A NBR 9050:2015 prevê que os corredores sejam livres de obstáculos ou barreiras.

Fotografias 13 e 14 – Sequência da entrada nas dependências do IFRJ

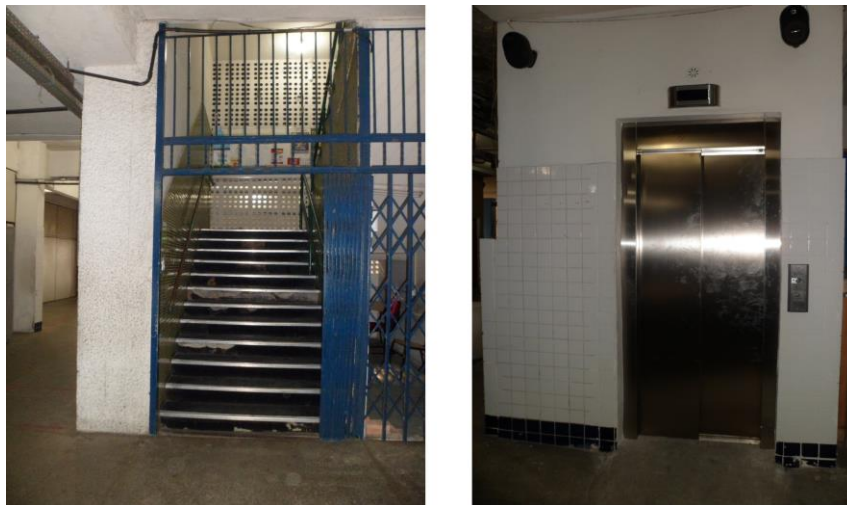


Fonte: A autora, 2016

A fotografia 13 ilustra o trajeto em sequência do corredor visto na fotografia 11. Já a fotografia 14 (à direita) apresenta o trajeto após a transposição do portão da garagem. Alerta-se que em nenhum ponto do estacionamento existe vaga específica destinada a deficientes.

Dada a entrada no Instituto, o acesso à biblioteca pode ser realizado pela escada, conforme fotografia 15 (à esquerda) ou pelo elevador (fotografia 16 à direita).

Fotografias 15 e 16 - Meios de acesso ao andar da BPEOA



Fonte: A autora, 2016

Caso não houvesse elevador, o andar da biblioteca seria um local de difícil acesso para as pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida por apresentar obstáculos arquitetônicos.

Realizada a apresentação do entorno da biblioteca, o próximo indicador a ser apresentado é o que se refere à entrada na biblioteca, conforme apresentado na subseção a seguir.

7.2 INDICADOR: ENTRADA DA BIBLIOTECA

O acesso à biblioteca é realizado por uma porta com dimensões de 0,86m de largura por 2,10m de altura, estando de acordo com a norma. Cabe ressaltar que a porta possui duas folhas, porém uma folha fica fechada, fato que não atrapalha a entrada no setor, conforme fotografia 17 (à esquerda).

A porta possui abertura para a parte interior e a maçaneta é do tipo alavanca, permitindo à abertura com um único movimento. A altura da maçaneta está a 1,07m do chão, dentro das especificações da ABNT.

4.6.6.1 As maçanetas devem preferencialmente ser do tipo alavanca, possuir pelo menos 100 mm de comprimento e acabamento sem arestas e recurvado na extremidade, apresentando uma distância mínima de 40 mm da superfície da porta. Devem ser instaladas a uma altura que pode variar entre 0,80 m e 1,10 m do piso acabado (NBR 9050, 2015, p.22).

É possível observar nas fotografias a seguir o desgaste da porta, sendo que a Coordenação da Biblioteca já solicitou a troca da mesma.

A biblioteca possui Sistema Anti-furto, com antenas detectoras de etiquetas. A medida do vão livre entre as antenas é de 0,86m de largura, mas com uma diferença de nível encontrada na superfície entre as mesmas, que pode ser considerado um obstáculo para portadores de deficiência física e/ou mobilidade reduzida. A troca da mesma, também já foi solicitada pela Coordenação da Biblioteca, já observando a questão da acessibilidade.

Fotografias 17 e 18 – Porta de entrada



Fonte: A autora, 2016

O próximo indicador aborda os espaços internos da biblioteca, como *layout*, áreas livres, guarda-volumes, dentre outros.

7.3 INDICADOR: ESPAÇOS INTERNOS DA BIBLIOTECA

Nem todas as áreas da biblioteca possuem rota acessível, como é o caso da Sala de Coordenação e Processamento Técnico.

Fotografias 19 e 20 – Coordenação e Setor de Processamento Técnico



Fonte: A autora, 2016

Nesse espaço pode-se dizer que a acessibilidade é inexistente. Para adentrar no setor deve-se passar pelo espaço destinado ao Guarda-volumes, o vão livre é extremamente estreito, não chegando a 0,60m. Não existe a possibilidade de locomoção de uma Pessoa em Cadeira de Rodas (P.C.R) e Pessoa com Mobilidade Reduzida (P.M.R), como a norma prevê, nos itens descritos abaixo.

9.3.1.2 As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem garantir um M.R. posicionado para a aproximação frontal. Deve ser garantida ainda circulação adjacente que permita giro de 180° à P.C.R.

9.3.1.3 As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.

9.3.1.4 Deve ser assegurada altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre mínima de 0,50 m, de modo que a P.C.R. tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície.

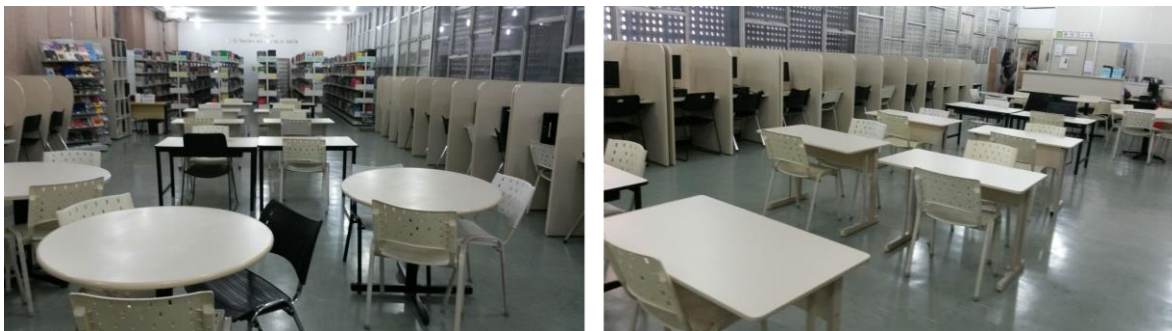
9.3.1.5 Sempre que a mesa ou superfície de trabalho acessível for utilizada por uma única pessoa, esta pode ser adequada conforme necessidades específicas do usuário, objetivando a melhoria das condições de conforto e autonomia (BRASIL, 2015a).

Se faz necessária a ampliação desse espaço, pois é um setor que a Coordenação atende usuários internos, visitantes; além de no futuro poder vir a ser uma estação de trabalho de servidores com necessidades especiais.

Outro item a ser melhorado é o *layout* do salão de estudos, a princípio pode parecer amplo, como nas fotografias 21 e 22 mas a área livre de circulação e estudos se torna reduzida, não chegando a 1,20 m, devido à demanda diária.

Uma vez que a maioria dos serviços da biblioteca encontra-se num único salão, o *layout* da organização interna é claramente perceptível.

Fotografias 21 e 22 – Salão de leitura da biblioteca



Fonte: A autora, 2016

As fotografias 21 e 22 foram retiradas no período da manhã antes da abertura da biblioteca, mas diariamente a biblioteca atinge o máximo de usuários sentados, assim quando todas as cadeiras de uso nos terminais de computadores e nas baias de estudo individual, que ficam nas extremidades laterais do salão, além de todas as cadeiras localizadas nas mesas de estudo, estão em uso, é difícil para qualquer indivíduo se locomover em uma rota única.

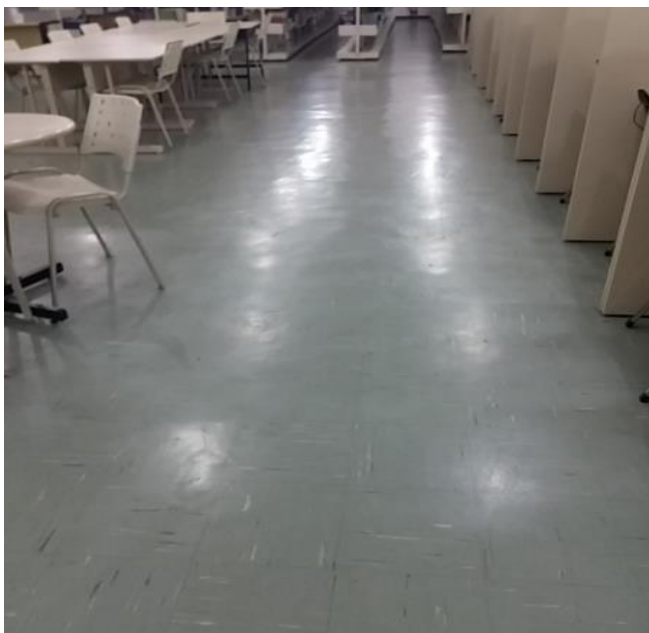
O próximo indicador a ser visto é o referente ao piso da biblioteca, o mesmo pode ser visualizado, também, nas fotografias acima.

7.4 INDICADOR: PISOS DA BIBLIOTECA

A NBR 9050:2015 no item 6.3 especifica as condições ideais para os pisos. Em termos de inclinações e desníveis, os mesmos inexistem na biblioteca, com exceção entre as antenas de segurança, como já fora citado. O que deve ser observado é o item revestimento que pode gerar algum risco, uma vez que não é antiderrapante e a norma prevê que seja. A fotografia 23 ilustra o item.

6.3.2 Revestimentos. Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado) (ASSOCIAÇÃO..., 2015, p. 55).

Fotografia 23 – Piso da Biblioteca



Fonte: A autora, 2016

7.5 INDICADOR: CORREDORES DA BIBLIOTECA

A biblioteca possui corredores de até 10,0m de extensão, porém os mesmos não apresentam a largura mínima de até 1,20m quando a biblioteca está sendo utilizada, fisicamente, em sua capacidade máxima, fato que ocorre diariamente.

Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos, conforme 6.12.6. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

- a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;
- b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;
- c) 1,50 m para corredores de uso público;
- d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas, conforme aplicação da equação apresentada em 6.12.6 (NBR 9050, 2015, p. 68).

Fotografia 24 – Corredores



Fonte: A autora, 2016

Enfatiza-se que quando da utilização dos terminais de computadores à direita da fotografia 24 e das cabines para estudo individual à esquerda da fotografia, juntamente com as cadeiras localizadas na parte central do salão, se torna impraticável à circulação de Pessoa em Cadeira de Rodas e da Pessoa com Mobilidade Reduzida.

O próximo indicador refere-se aos sanitários disponíveis para os usuários da biblioteca.

7.6 INDICADOR: SANITÁRIOS DA BIBLIOTECA

Tanto no interior da biblioteca como no andar da mesma não existem sanitários para uso do público em geral; mas o Instituto possui espaços para sanitários distribuídos nos demais andares do edifício (térreo, segundo, terceiro e quarto andar), dessa maneira, será analisado a título de exemplificação para se verificar a adequação ou não à NBR 9050:2015, o sanitário localizado no térreo do prédio do IFRJ.

A entrada do sanitário masculino, localizado no térreo é identificada por uma placa, conforme fotografia 25.

Fotografias 25 e 26 – Entrada do Sanitário masculino



Fonte: A autora, 2016

O sanitário citado acima é informado pelo IFRJ como acessível, assim, sugere-se que seja realizada a troca da placa de identificação do mesmo. De acordo com a NBR 9050:2015, item 5.3.5.3 os sanitários devem ser sinalizados com o símbolo representativo do sanitário, de acordo com cada situação, a exemplo da figura abaixo.

Figura 10 – Placa de identificação de sanitário masculino acessível



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 2015, p. 42.

A primeira entrada do sanitário masculino não possui porta, conforme fotografia 25 (à esquerda), mas em seguida existe uma porta de alumínio que geralmente fica aberta com o apoio de um cesto (fotografia 26 à direita). É importante frisar que a

largura da porta de alumínio é de 0,93 m, em discordância com o primeiro vão de entrada fotografia 25, que mede 0,82 m. Fato que não interfere na dimensão que a norma prevê que são 0,80 m.

A porta do boxe está no padrão, possui um vão livre adequado, tem abertura para a área externa, não atrapalhando o espaço interno, além de ser considerado um item de segurança pois permite que a mesma seja desmontada pelo lado de fora em casos de emergência.

A bacia sanitária está a uma altura de 0,40 m do piso, mas a NBR 9050:2015 prevê no item 7.7.2.1 que a altura deve estar entre 0,43 m e 0,45 m do piso, isso sem o assento, com o assento deve estar a 0,46 m. Assim, seria interessante uma plataforma para compor a altura da bacia sanitária. Conforme fotografia 27.

Fotografia 27 – Boxe do Sanitário masculino

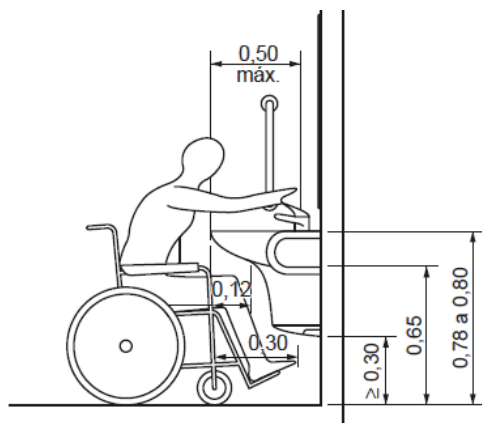


Fonte: A autora, 2016

A bacia do sanitário, também possui barra de apoio possibilitando a estabilização das pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida.

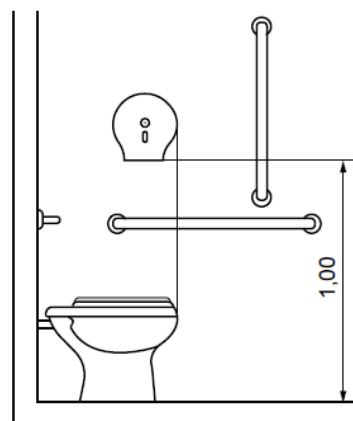
Em relação ao lavatório, a norma prevê no item 7.5 que deva existir lavatório no interior do sanitário ou boxe acessível, conforme as especificações da figura 11. O sanitário do IFRJ possui um lavatório no boxe acessível conforme mostra a fotografia anterior, estando de acordo com as dimensões normativas.

Figura 11 – Lavatório no interior do sanitário



Fonte: ASSOCIAÇÃO...,2015, p. 87

Figura 12 – Papeleira de sobrepor



Fonte: ASSOCIAÇÃO...,2015, p.107

Como sugestão poderia ser a troca das torneiras para acionamento por alavanca.

No que se refere às barras de apoio nos sanitários, junto à bacia sanitária, havendo parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência, como pode ser visto na figura 12.

Um elemento também importante é a papeleira, o item 7.11.2 da NBR 9050:2015 cita que a papeleira de sobrepor deve ser alinhada a borda frontal da bacia, devendo ser de acesso fácil e não podem estar instaladas abaixo de 1,00m de altura do piso, como indica a figura 12. Na fotografia 27 observa-se que este item da norma é atendido.

O Mictório também é um elemento evidenciado na NBR 9050:2015. A norma revela que quando houver mictório no sanitário, pelo menos um deve atender as especificações.

Deve ser equipado com válvula de mictório instalada a uma altura de até 1,00 m do piso acabado, preferencialmente por sensor eletrônico ou dispositivos equivalentes ou de fechamento automático, com esforço máximo de 23 N e atendendo a todos os requisitos da ABNT NBR 13713. (NBR 9050:2015, p.104).

A fotografia 28 apresenta os mictórios encontrados no sanitário masculino do térreo. No que se refere à altura e também a área de aproximação frontal, atende as especificações, porém não existem barras de apoio.

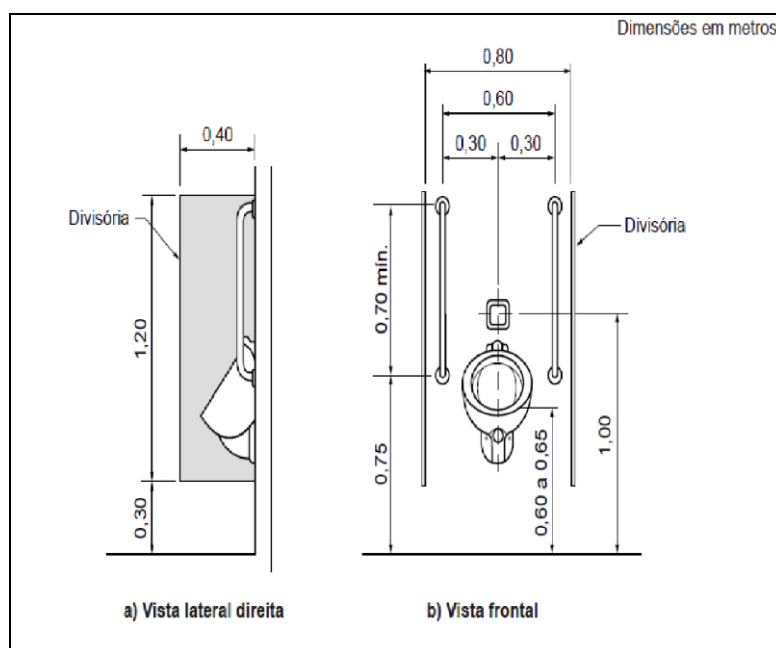
Fotografia 28 – Mictório



Fonte: A autora, 2016

Na figura 13 é possível observar as dimensões exatas que o mictório deve possuir, de acordo com a NBR 9050:2015.

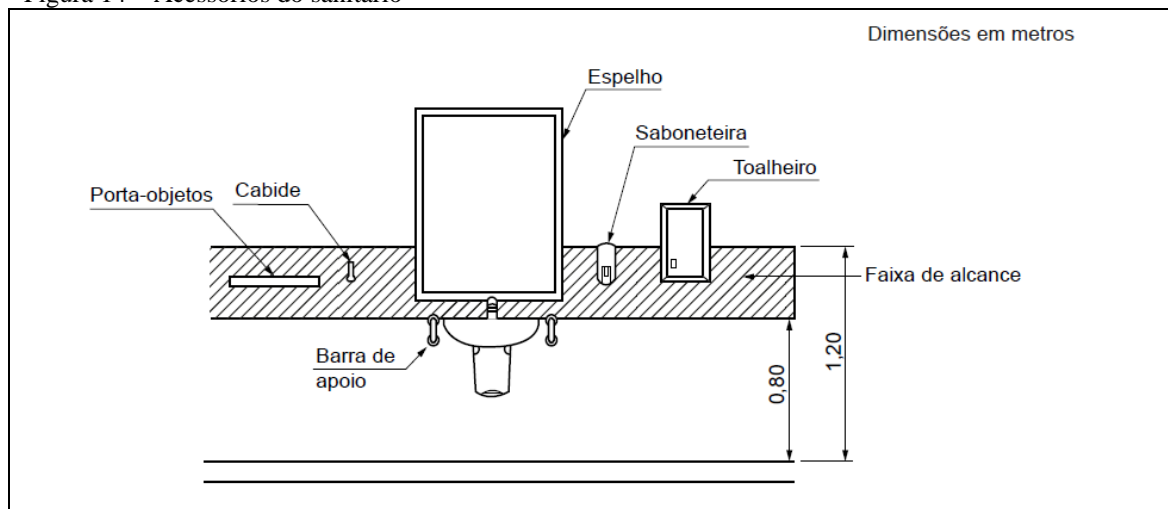
Figura 13 - Mictório de acordo com a NBR 9050: 2015



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 2015, p. 104

A norma também prevê mais alguns acessórios no sanitário, conforme figura 14.

Figura 14 – Acessórios do sanitário



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 2015, p. 105.

O item 7.11.1 da NBR 9050:2015 alerta que a altura de instalação e fixação de espelho deve atender as especificações da figura acima.

Alguns acessórios do sanitário do IFRJ não seguem as especificações, como por exemplo, a falta de barras de apoio na pia. O espelho também está fora da área de alcance. A pia do sanitário do IFRJ ultrapassa a altura máxima de 0,80 m do piso. O suporte para papel toalha se encontra a 1,35 m, assim, percebe-se que são itens a serem revistos.

Vistas as condições de acessibilidade do sanitário do Instituto, o próximo indicador refere-se ao interior da biblioteca, especificamente, o balcão de atendimento.

A partir do próximo item serão observados os elementos que se referem à acessibilidade do mobiliário e equipamentos da Biblioteca Professor Eurico de Oliveira Assis.

7.7 INDICADOR: BALCÃO DE ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA

A biblioteca possui dois balcões, que são: balcão guarda-volumes e o balcão de atendimento, neste são realizados empréstimos, devoluções, renovações de materiais, bem como a confecção de carteiras da biblioteca, além do fornecimento de informações em geral.

A NBR 9050:2015 no item 9.2.1.4 explica que os balcões de atendimento acessíveis devem possuir altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado. Devem ser asseguradas altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima

de 0,30 m para permitir a aproximação frontal ou lateral de modo que a P.C.R tenha a possibilidade de avançar sob o balcão.

O balcão do guarda-volumes possui 1,00 m de altura e não permite o avanço de 0,30 m, conforme as fotografias abaixo.

Fotografia 29 e 30 – Guarda-Volumes



Fonte: A autora, 2016

Ao lado do balcão foi posta uma mesa mais baixa que acaba sanando o problema em parte, pois a mesma dificulta o acesso ao Setor de Processamento Técnico e Coordenação.

Em relação ao balcão de atendimento, o mesmo possui altura de 1,20m o que não promove a acessibilidade física, como demonstra fotografia 31.

Fotografia 31 – Balcão de atendimento



Fonte: A autora, 2016

O próximo indicador refere-se às mesas utilizadas para leitura e estudo dos usuários da Biblioteca.

7.8 INDICADOR: MESAS PARA TRABALHO, LEITURA E/OU ESTUDO DOS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA

A NBR 9050:2015, item 10.16.2 prevê que pelo menos 5% das mesas de estudo, devam ser acessíveis, bem como possibilitar que outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

As mesas localizadas no salão de estudo, atendem as normas no que se refere à altura e profundidade, mas na distância entre mesas não atende, uma vez que foi verificado em alguns pontos a largura inferior a 0,50 m quando a biblioteca está com muita demanda. A norma prevê que seja no mínimo 0,80 m. As fotografias abaixo ilustram as mesas referenciadas.

Fotografias 32, 33 e 34 – Mesas do salão de estudos



Na fotografia 34, centralizada na página anterior, pode-se perceber no canto direito, o espaço reservado para terminais de computadores. Em relação à altura, compreende o espaço mínimo 0,75m mas em profundidade não atende os 0,50 cm devido ao suporte para teclado. Na realidade se o usuário for utilizar o teclado no suporte não conseguirá avançar sob a mesa, o que acarreta o uso do teclado em cima da mesa mesmo, como mostra a cabine à esquerda da fotografia a seguir.

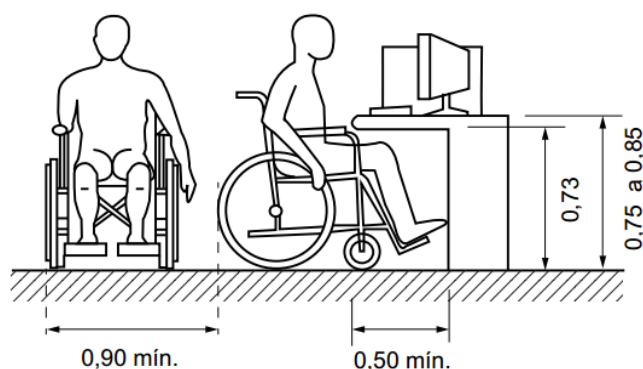
Fotografia 35 – Terminais de consulta da biblioteca



Fonte: A autora, 2016

A figura 15 representa as dimensões ideais para terminais de consulta de acordo com a NBR 9050:2015.

Figura 15 – Dimensões ideais de terminais de consulta



Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 2015, p. 136.

Fotografia 36 – Cabines para estudo individual



Fonte – A autora, 2016

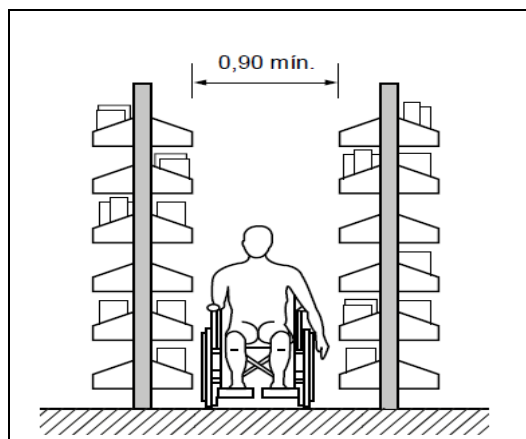
As cabines para estudo individual são similares às de uso dos computadores. As dimensões são idênticas e também possui suporte na parte inferior.

O próximo indicador se refere às estantes.

7.9 INDICADOR: ESTANTES DA BIBLIOTECA

A norma prevê no item 10.16.3 que a largura livre nos corredores entre estantes de livros deve possuir no mínimo 0,90 m, conforme figura abaixo. Além disso, nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas.

Figura 16 – Espaço entre estantes



Fonte: ASSOCIAÇÃO...,2015, p. 137

As fotografias 37 e 38 apresentam dois corredores da biblioteca. Percebe-se a diferença de dimensões entre os mesmos.

Fotografias 37 e 38 – Corredores entre as estantes da BPEOA

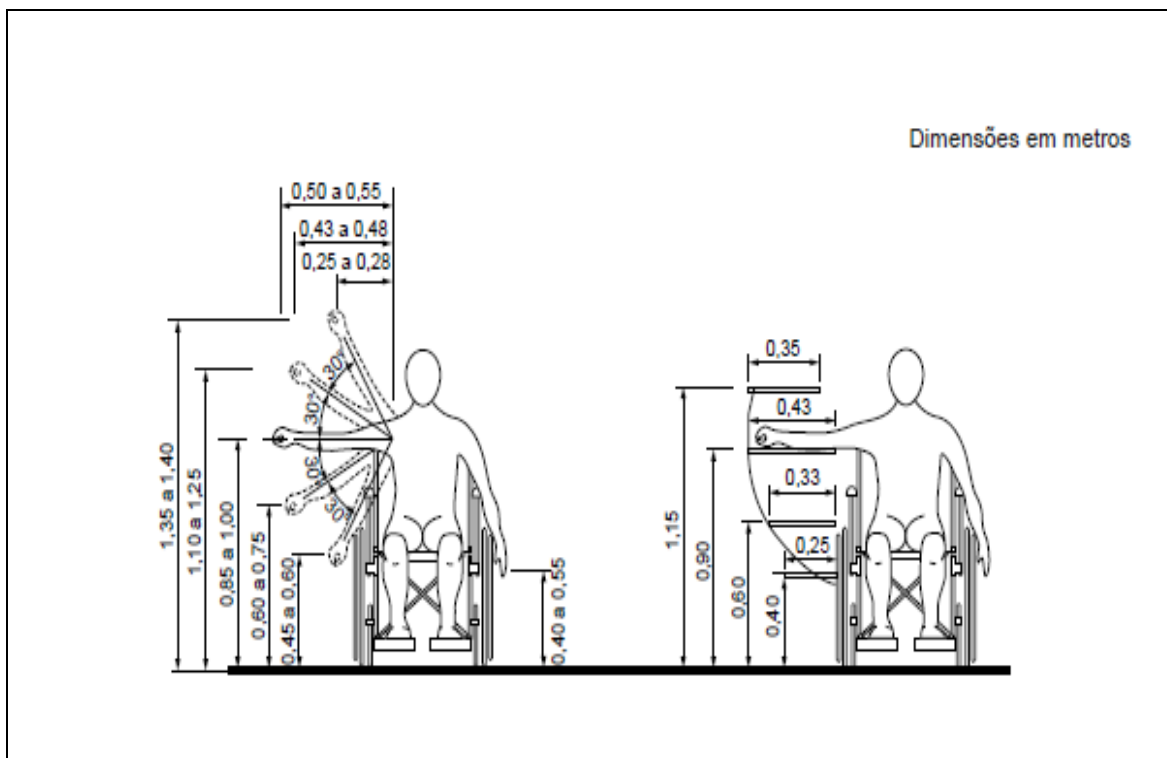


Fonte: A autora, 2016

O objetivo quando se pensa em acessibilidade física em bibliotecas é, principalmente, que o usuário possa circular entre os espaços de maneira autosuficiente e isso não é viável em todos os corredores das estantes contendo o acervo da Biblioteca, uma vez que cada corredor possui uma dimensão. A largura entre as estantes varia de 0,50 m a 0,90 m, assim em alguns corredores não existe espaço suficiente para a manobra da cadeira de rodas, inclusive se uma pessoa com cadeiras de rodas ao investir pelo corredor terá provavelmente que sair de ré, o que não deveria acontecer, pois a norma afirma que para que eles possam realizar manobra de deslocamento de 180° é necessário um espaço a cada 15 m entre as estantes de, no mínimo, 1,50 m de largura por 1,90 m de profundidade.

As estantes possuem altura de 2m, o que pode ser considerado muito alto ao se observar as dimensões referenciais para alcance lateral de pessoa em cadeira de rodas disponibilizadas na NBR 9050:2015, conforme figura 17.

Figura 17 – Dimensões referenciais para alcance lateral de pessoa em cadeira de rodas



Fonte: ASSOCIAÇÃO...,2015, p. 38

Contudo, para que se tenham estantes com altura dentro do padrão de alcance como disposto acima teria que se ter um espaço maior para a disposição do acervo, o que hoje é inviável, assim no momento, recomenda-se o atendimento pessoal prioritário e imediato por um servidor ou monitor da biblioteca.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura apontou a importância da biblioteca como elemento fundamental no ambiente escolar, principalmente no que se refere à leitura, ao letramento e ao letramento informacional e que tal papel estará comprometido se não oferecer o necessário acesso a todos com igualdade e sem distinção. A acessibilidade para a comunidade usuária da biblioteca é essencial, sem ela torna-se inviável o cumprimento já da primeira Lei da Biblioteconomia, de Ranganathan (2009), ‘os livros são para usar’. E entre tantas dimensões da acessibilidade, a pesquisa centrou-se no acesso físico ao ambiente da biblioteca.

Pesquisar a ambiência que pode ser vivenciada pelo indivíduo com deficiência física ou mobilidade reduzida na Biblioteca Prof. Eurico de Oliveira Assis e seu percurso para chegar até ela é necessário, ainda que no momento não existam alunos que se declaram como Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pois a qualquer processo seletivo pode vir a ter inscrição desse público. Além disso, a instituição já possui em seu quadro de pessoal indivíduos com necessidades especiais. Vale explicar que o usuário com restrições físicas pode ser um aluno com perna quebrada, ou que esteja fazendo uso de muletas por algum outro motivo, até mesmo um familiar de aluno ou outro visitante e a Instituição deve estar preparada para atender a essa demanda pois como instituição pública ela não pode e nem deve segregar seus usuários.

Os instrumentos de avaliação tanto no que se refere à análise da biblioteca, que foi o conjunto de indicadores de qualidade do GEBE, como o conjunto de indicadores de acessibilidade utilizado, que foi o de Gentil Junior (2016), se mostraram eficazes para o conhecimento da infra-estrutura da mesma. Os acessos e os percursos, depois de mapeados, forneceram informações de pontos sensíveis do objeto da pesquisa e do ambiente onde está inserido.

Ao se observarem os seis indicadores de qualidade do GEBE que são: espaço físico, acervo, computadores com acesso à internet, organização do acervo, serviços e atividades e pessoal, as estatísticas em relação a pelo menos dois deles demonstram a crescente demanda existente no Setor. O indicador “Serviços e atividades” demonstrou que entre janeiro e junho de 2016 foram realizados 3.662 empréstimos domiciliares e 7.490 consultas locais e o indicador “Uso dos computadores” nesse período também apresentou informações bem significativas, sendo que apenas no mês de junho encontra-

se a de 976 usuários, números esses que servem como sinalizadores e impulsionadores de novas ações.

Da pesquisa de campo constatou-se, ainda, a necessidade da adequação do espaço arquitetônico da BPEOA e do próprio IFRJ às exigências da ABNT (NBR 9050/2015). Isso ocorre devido ao prédio ser herança de um momento em que não havia prioridade arquitetônica para o deslocamento de todas as pessoas como usuárias de tais espaços.

Ao serem tratados os dados quanto aos nove indicadores elaborados por Gentil Junior (2016), que são relativos ao entorno da biblioteca, bem como entrada, espaços internos, pisos, corredores, sanitários, balcões, mesas e estantes da biblioteca, observou-se que é possível em curto prazo produzir melhorias, como por exemplo, quanto à:

- a) criação de reserva de espaço em estacionamento interno para Pessoas em Cadeiras de Rodas e/ou Pessoas com Mobilidade Reduzida;
- b) adaptação de sanitários e balcões para as dimensões recomendadas na norma técnica NBR9050/2015;
- c) construção de rampas em lugares com desníveis;
- d) colocação de placas sinalizando / informando a existência de espaços reservados para esse público.

Outras alterações requerem estudo mais aprofundado, como é o caso do entorno do prédio no que se refere às calçadas e à sinalização, e aos meios de transporte.

Finalmente, cooperando com dados que possam tornar o espaço físico mais acessível e adequado conforme os padrões de qualidade estabelecidos e regulamentados por órgãos responsáveis e validados como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, verificou-se que há a necessidade da continuidade deste estudo e a contínua atualização da literatura sobre a evolução da temática biblioteca escolar e acessibilidade arquitetônica, bem como a contínua realização de ações de melhorias nos espaços da biblioteca pesquisada e da Instituição em que está inserida, conforme se apresenta nas recomendações a seguir.

9 RECOMENDAÇÕES

Como recomendações apontam-se os elementos arquitetônicos que requerem adequação:

- a) A necessidade de se elaborar uma mudança no layout da BPEOA, principalmente na disposição das estantes e mobiliários existentes, priorizando a acessibilidade;
- b) A adequação da porta de entrada da biblioteca, para largura específica para a passagem de Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, providenciando a existência de visor adequado, uma vez que a porta é do tipo vaivém, para evitar colisão frontal;
- c) A adequação da altura do balcão guarda-volumes e do balcão de atendimento da BPEOA;
- d) A adequação dos sanitários do Instituto, para que os mesmos sejam utilizados com equidade;
- e) A sinalização dos espaços com acessibilidade de acordo com a NBR 9050/2015;
- f) A inclusão de vagas no estacionamento interno do Instituto, destinadas a Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- g) A adequação da rota para se chegar à biblioteca de maneira acessível, principalmente no que se refere ao entorno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita de Cássia Santos. *Competência leitora numa experiência de educação não-formal na ONG “Fraternidade do Triângulo Ramatis”*. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2009. Disponível em:<
http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA5_ID7750_05092015160420.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

ALVES, Tatiane Lemos; SANTANA, Roviane Oliveira; OLIVEIRA, Rosilene Souza de. Letramento e biblioteca escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., 2015, Campina Grande - PB. *Anais...* Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Educação, 2015, v. 2, n.1. Disponível em:<
http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA5_ID7750_05092015160420.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

AMORIM, Iara Rodrigues de. *Competência em informação baseada em inteligência*. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2013). Disponível em: <
<http://tede-dep.ibict.br/bitstream/tde/8/1/iara%20rodrigues%20de%20amorim%20mestrado%202013.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

ANDRÉS, Aparecida. *Pessoas com deficiência nos censos populacionais e educação inclusiva*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. (Estudos). Disponível em:<
http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2014_14137.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos*. Rio de Janeiro, 2015.

AZEVEDO, Ricardo. A leitura como agente do conhecimento. *Carta Capital*, São Paulo, 14 dez. 2010. Disponível em: <
<http://www.cartacapital.com.br/educacao/carta-fundamental-arquivo/a-leitura-como-agente-do-conhecimento>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BARBOSA, Begma Tavares. *A formação de leitores adolescentes e jovens: uma reflexão sobre a leitura na Escola*, 2009. Disponível em:<
<http://www.ufjf.br/fale/files/2010/06/A-forma%C3%A7%C3%A3o-de-leitores-adolescentes-e-jovens-uma-reflex%C3%A3o-sobre-a-leitura-na-escola.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p.45-52, out. 2011. Trimestral.

BEZERRA, Adriano Aparecido. *Constituição Federal, PNE E LDB na prática: como se executam as leis que regulamentam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil?*. 2009. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais17/txtcompletos/sem03/COLE_899.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

BORGES, Ana Gabriela Simões; ASSAGRA, Andressa Grilo; LÓPEZ DE ALDA, Clarice Guterres (Org.) *Leitura: o mundo além das palavras*. Curitiba: Instituto RPC, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 3.298, 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 12. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n. 254). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010*. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 29 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Institutos Federais: uma conquista de todos os brasileiros*. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/folheto_setec.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Principais indicadores da educação de pessoas com deficiência*. Brasília: MEC/INEP, [2015?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17655-secadi-principais-indicadores-da-educacao-especial&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 08 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância*. Brasília, 2015b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_avaliacao_cursos_graduacao_presencial_distancia.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física*. Brasília – DF, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal do Rio de Janeiro. *Plano de Desenvolvimento Institucional PDI: 2014-2018*. IFRJ, 2015c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Projeto Pedagógico Institucional PPI 2014-2018*. Rio de Janeiro: IFRJ, 2015d.

CAMPELLO, Bernadete (Coord). *Biblioteca escolar como espaço de produção de conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares*, 2010. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File?projetos/MIOLO.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

CAMPELLO, B. *Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 6, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1687/1438>>. Acesso em: 19 Jun. 2016.

CAMPELLO, B. S. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em:<<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/ENAN054.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

CAMPELLO, B. *Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

CAMPELLO, Bernadete. *Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico*. 2009b. 208 f. Tese (Doutorado) - Programa de PósGraduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-7UUPJY>>. Acesso em: 02 set. 2016.

CAMPELLO, Bernadete et al. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 123-156, ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518924.2013v18n37p123/25335>>. Acesso em: 10 ago. 2016. Disponível em:<<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/ENAN054.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

CARNEIRO, Moaci Alves. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTRO, Jaqueline Ferreira Silva de. *Nativos digitais na biblioteca escolar: programas de letramento informacional para o ensino médio*, 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COLOMER, Teresa; CAMPS, Ana. *Ensinar a ler: ensinar a compreender*. Porto Alegre: Arttmed, 2002.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ci. Inf.*, Brasília, v.32, n.1. jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100003>. Acesso em: 09 ago. 2016.

DUTRA, Claudia Pereira. Educação inclusiva: tempo de transformação. In.: BLATTES, Ricardo Lovatto. (Org). *Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais*. 2. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

EXPANSÃO da Rede Federal, 2016. Disponível em: <<http://institutofederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES. IFLA/ UNESCO. Diretrizes da IFLA/ UNESCO para a biblioteca escolar. Tradução Neusa Dias de Macedo; Helena Gomes de Oliveira. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: Unicamp, 2006. cap.4, p.21-32.

FIALHO, Janaina Ferreira et. al. Proposta para criação da rede estadual de bibliotecas escolares do estado de Goiás. XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. p. 407 – 423. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1256/1257>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FONTAN, Ivonilton Alves. *DO CTQI ao IFRJ: a história completa*. [s.n.]: Teresópolis – RJ, 2011.

FRADIQUE, Maria de Fátima Silva Castro. *As bibliotecas escolares e o papel do professor bibliotecário*, 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais - 2º ciclo de estudos) - Universidade da Beira interior, Corvilhã, 2011. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=21439:numero-de-matriculasde pessoas-com-deficiencia-cresce-no-brasil>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 42, p. 259-268, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a13.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. *Letramento Informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem*. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação: Universidade de Brasília, 2012. E-book. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GASQUE, K. C. G. D. *O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1344/1/TESE_2008_KelleyCristineGDiasGasque.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GASQUE, K. C. G. D. O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília/SP. Anais... Marília: Unesp, 2006. p. 432-440. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/viewpaper.php?id=69>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GENTIL JUNIOR, Jorge Sebastião. *Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade: o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense*. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/jorge-sebastiao>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONÇALVES, L. M. *Do leitor ao leitor: um estudo de caso sobre as insuficiências na utilização do jornal em sala de aula no ensino de Língua Portuguesa em turmas do último ano do Ensino Fundamental*. 2004. 270 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Letras, Estudos da Linguagem/Aquisição de Língua Materna, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/ppgletras/defesas/2004/lidiamariagoncalves.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

GOOGLE MAPS. Imagem do IFRJ retirada por satélite. 2016. Disponível em:< <https://www.google.com.br/maps/place/R.+Sen.+Furtado,+121+-+Maracan%C3%A3,+Rio+de+Janeiro+-+RJ,+20270-021/@-22.910565,-43.2222541,685m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x997ef89a14957f:0xa89124f5f2a7e68!8m2!3d-22.91057!4d-43.2200654>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GOULART, Cecília M. A. O conceito de letramento em questão: por uma perspectiva discursiva da alfabetização. *Bakhtiniana*, São Paulo, v.9, n.2, p. 35-51, ago./dez. 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/bak/v9n2/a04v9n2.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

HILLESHEIM, Araei Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. *Revista ACB Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis. v. 4, n. 4, 1999. Disponível em:< <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/340/403>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

KLEIMAN, Angela B. *O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização*, 2007. Disponível em: <http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/Letramento_AngelaKleiman.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2014.

KLEIMAN, A. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, R. (Org.). *Alfabetização e letramento: perspectivas lingüísticas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

KLEIMAN, Ângela B. *Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?* Campinas: Cefiel/IEL/UNICAMP, 2005. (Coleção Linguagem e letramento em foco).

KLEIMAN, Ângela. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Neusa Dias; OLIVEIRA, Helena Gomes. *Diretrizes da IFLA / UNESCO para a biblioteca escolar*. São Paulo, 2005. Disponível em:<http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2016.

MANIFESTO IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar. 2000. Disponível em:<<http://www.rbal.com.pt/Documentos%20RBAL%20pdf/Manifesto%20Unesco%20para%20Bibliotecas%20Escolares.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

MAPA da expansão, 2014. Disponível em: < <http://www.ifrj.edu.br/node/3373>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

MARINHO, Raimunda Ramos. *Leitura: um caminho para a cidadania. Transinformação*. v. 5, n. 1-3. jan./dez. 1993. p. 90-94. Disponível em:<<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1650/1621>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

MATRÍCULAS de alunos com deficiência na Educação cresceram 38,6% em 5 anos. 2015. Disponível em:< <http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/33768/matriculas-de-alunos-com-deficiencia-na-educacao-cresceram-386-em-5-anos/>>. Acesso em: 16 set. 2016.

MAYRINK, P. T. S.; MORANDIN, R. H.; VANALLI, T. R. Avaliação de coleções da FDE em bibliotecas de escolas da região de Marília. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 25, n. 3/4, p. 49-59, 1992. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/2816>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: Unicamp, 2006. cap.3, p.17-20.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. *Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias: o caso da UNIRIO*. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia Disponível em:<<http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/Dissertacao%20Sulamita%20Miranda.pdf>>. Acesso

em: 08 jul. 2016.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de; MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. Bibliotecas universitárias e a acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva. *Inf. Prof.*, Londrina, v. 4, n. 2, p. 04 - 19, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/download/24226/17831>>. Acesso em: 03 set. 2016.

MOLLICA, Maria Cecília. *Fala, letramento e inclusão social*. São Paulo: Contexto, 2011

OLIVEIRA, Magali Araújo Damasceno de; ALVES, Márcia Valéria; MAIA, Maria Aniolly Queiroz. *A função social do profissional da informação numa biblioteca Inclusiva*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. Anais...São Paulo: FEBAB, 2013. p. 4540-4551.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

PORTAL Brasil. Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência. 2015. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

PORTAL da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Expansão da Rede Federal, 2016. Disponível em <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

O PRAZER da leitura: conceitos: como usar e conhecer mais. São Paulo: Abril Coleções, 2012. (Coleção O Prazer da Leitura).

RANGANATHAN, S. R. *As cinco leis da biblioteconomia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RELATÓRIO de avaliação, 2015. Disponível em:<http://www.ifrj.edu.br/sites/default/files/webfm/images/Recredenciamento_%20Rel-Avaliadores_INEP.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2016.

RESENDE, Vânia Maria. *Literatura Infantil e Juvenil: vivências de leitura e expressão criadora*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1993.

REYES, Yolanda. *A casa Imaginária: Leitura e literatura na primeira infância*. São Paulo: Global, 2010.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000300017>. Acesso em: 05 ago. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Conceito de acessibilidade*. 2011. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Monica do Amparo. Biblioteca escolar: uma reflexão sobre a literatura. In: III Seminário Biblioteca Escolar: Espaço de Ação Pedagógica. Belo Horizonte. 22 a 24 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/324.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, Magda. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

SOARES, Magda Becker. O que é letramento. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 29 de ago. 2003. Disponível em: <<http://www.verzeri.org.br/artigos/003.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

SOUZA, Maria Pereira de; TARGINO, Maria das Graças. Cinco Leis da Biblioteconomia / Cinco Leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. *Ci. Inf. Rev.*, Maceió, v.3, n.1, p.11-29, jan./abr. 2016.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2005.

VARGAS, Suzana. *Leitura: uma aprendizagem de prazer*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

VIANNA, Márcia Milton; CALDEIRA, Paulo da Terra. Literatura sobre biblioteca escolar: análise dos trabalhos apresentados no Seminário Biblioteca Escolar: espaço de ação pedagógica. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3., 2004, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Escola de Ciência da Informação da UFMG: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 2005. p.7-33. Disponível em:<<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/301.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

ANEXO A – LISTA DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS ELABORADA POR GENTIL JUNIOR (2016)

LEGENDA:

S: SIM

N: NÃO

P: PARCIALMENTE

N/A: NÃO SE APLICA

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

1 – Entorno da Biblioteca

Entorno da Biblioteca	
O transporte público no entorno da biblioteca é acessível?	
O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos?	
Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre?	
As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados?	
A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?	
Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal?	

2 – Entrada da Biblioteca

Entrada da Biblioteca	
Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?	
Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?	
A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?	
A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m)?	
As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 Newton – N9).	
As maçanetas das portas são do tipo alavanca?	
As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?	

3 – Espaços internos da Biblioteca

Espaços internos da Biblioteca	
Por toda biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?	
A organização interna dos espaços (layout) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vai-vem, por exemplo?	
Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizados antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários?	
A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m?	
A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída)?	
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)?	
O layout das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, etc.?	
As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)?	
A altura de armários em geral, inclusive armários guarda volumes, está entre 0,40m a 1,20m?	

4 – Pisos da Biblioteca

Pisos da Biblioteca	
Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?	
O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera).	
A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2015).	
A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação?	
Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis).	

5 – Corredores da Biblioteca

Corredores da Biblioteca	
Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90m?	
Os corredores de uso comum com extensão de até 10,0m apresentam largura mínima de 1,20m?	
Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,0m apresentam largura mínima de 1,50m?	

6 – Sanitários da Biblioteca

Sanitários da Biblioteca	
Se a biblioteca dispõe de sanitário para os usuários da biblioteca, este está acessível para pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção, de uso preferencial destas, conforme 7.3 da NBR 9050/2004?	
O sanitário acessível de uso preferencial está localizado dentro de uma rota acessível?	
O sanitário de uso preferencial por pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade?	

ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

7 – Balcão de atendimento aos usuários da Biblioteca

Balcão de atendimento aos usuários da Biblioteca	
O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível?	
No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90m, apresenta altura de no máximo 0,90m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar?	
O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas).	

8 – Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca

Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca	
No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?	
As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?	
Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	
As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento? (Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda).	
Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis à pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida? (Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	
Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade?	

9 – Estantes da Biblioteca

Estantes da Biblioteca	
As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura? (Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas).	
Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas?(Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°).	
A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso?	